

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Apresentamos o Relatório da Administração do Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A., relativo ao quarto trimestre e ao ano de 2025, elaborado de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e em atendimento aos requerimentos e diretrizes do Conselho Monetário Nacional (CMN).

Informações Selecionadas – Dezembro 2025

R\$ 1,7 bi
Lucro Líquido
+135,6% a/a

15,7%
ROAE
12M25

R\$ 65,1 bi
Carteira
de Crédito
+4,6% em 12M

R\$ 6.364,3 mi
Margem Financeira
+8,2% a/a

R\$ 11,5 bi
Patrimônio
Líquido +10,0% em 12M

R\$ 649,0 mi
JCP e Dividendos
distribuídos

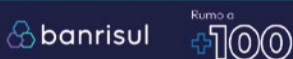
Ratings

	Escala Nacional	Escala Global	Brasil-Risco Soberano (Gibb)
S&P	brAA+	BB-	BB
Fitch	AA+ (BRA)	BB-	BB
Moody's	Aa+3r	Baa3	Ba1

R\$ 163,9 bi
Ativos Totais
+10,8% em 12M

Índice de Basileia
19,5%
(mínimo regulatório 10,5%)

Em 2025, avançamos rumo a um futuro cada vez mais digital sem abrir mão da nossa essência humana, e iniciamos uma transformação no nosso modelo de atendimento e atuação comercial. Nosso direcionamento estratégico para os próximos ciclos será orientado pela disciplina na gestão de risco e assertividade na concessão de crédito, na eficiência operacional, na expansão da carteira comercial e na qualificação de produtos e serviços que alicem o fortalecimento do relacionamento com nossos clientes ao crescimento sustentável da Instituição. O Banrisul está pronto para conquistar novos mercados, com dinamismo e visão de longo prazo, mantendo seu papel de destaque no sistema financeiro regional.



Cenário Econômico

O ano de 2025 começou regido de incertezas e riscos no cenário internacional, especialmente diante da imposição de tarifas de importação pelo governo dos Estados Unidos (EUA) e por conflitos geopolíticos relevantes. Contudo, a inflação manteve-se sob controle nas principais economias, oferecendo espaço para políticas monetárias menos restritivas. A Argentina, mesmo diante de desafios, deve exibir um crescimento estimado de 4,0%, favorecendo a demanda por produtos brasileiros, especialmente do Rio Grande do Sul (RS). No Brasil, a atividade econômica desacelerou gradualmente, mantendo a taxa básica de juros (Selic) em patamar restritivo de 15,0% ao ano. Apesar da elevada taxa de juros, o PIB do 3T2025 apresentou crescimento de 1,8% ante o mesmo período de 2024, embora com gradativa desaceleração na comparação com o 2T2025. O setor agropecuário se destacou com alta de 10,1%, e o setor industrial apontou expansão de 1,7% ante o mesmo trimestre de 2024. Já o setor de serviços cresceu em menor ritmo, 1,3%, refletindo o impacto dos juros altos. A inflação medida pelo IPCA acumulou alta de 4,5% em 12 meses até novembro/2025.

No RS, por sua vez, os dados do PIB do terceiro trimestre de 2025, divulgados pelo Departamento de Economia e Estatística (DEE) do governo do Estado, apontaram uma expansão de 2,5% em relação ao mesmo período de 2024, com destaque para a retomada do setor agropecuário que cresceu 5,3%, apesar do impacto da estiagem. A indústria gaúcha se expandiu 3,7%, com destaque para a de transformação, e o setor de serviços apresentou ligeiro crescimento de 0,7%, com quedas importantes em vendas de veículos, de material de construção e de móveis e eletrodomésticos. O mercado de crédito do RS voltou a exibir ritmo de expansão maior do que o nacional, com uma variação interanual de 10,8% em novembro/2025, ante um crescimento de 9,5% no Brasil, refletindo principalmente o forte incremento nas concessões às empresas, que avançaram 12,2%, e às famílias que avançaram 10,0%. Apesar da expansão, a taxa média de inadimplência no sistema financeiro gaúcho avançou para 4,1%, superando a média nacional de 3,8% até novembro/2025.

Desempenho Consolidado

O lucro líquido em 2025 alcançou **R\$1,7 bilhão**, 135,6% ou R\$986,8 milhões maior que o registrado em 2024. Os destaques positivos do período foram, especialmente, o incremento da margem financeira, o resultado favorável das outras receitas e despesas operacionais, o menor fluxo das perdas líquidas esperadas associadas ao risco de crédito e o aumento das receitas de prestação de serviços. O resultado do ano foi minimizado pelo moderado aumento das despesas administrativas e das provisões fiscais, trabalhistas e civis, bem como pelo consequente efeito tributário.

Os ajustes de BrGaap para IFRS relativos ao resultado totalizaram R\$109,6 milhões e estão demonstrados na Nota Explicativa 39 das Demonstrações Financeiras IFRS, distribuídos especialmente nas Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito, na Receita Líquida de Juros e Similares, nas Outras Receitas (Despesas) Operacionais e, consequentemente, no efeito tributário.

O patrimônio líquido alcançou R\$11.465,2 bilhões no final de dezembro/2025, 10,0% superior a dezembro/2024, refletindo, em especial, a incorporação dos resultados gerados, o pagamento de juros sobre capital próprio e provisionamento de dividendos e a remuneração do passivo atuarial referente aos benefícios pós-emprego (IAS 19). No mesmo período, o total em ativos alcançou R\$163.858,5 bilhões, crescimento de 10,8% em relação a dezembro/2024, e as aplicações em tesouraria totalizaram R\$74.867,9 bilhões, 20,4% superiores a dezembro de 2024.

Produtos e Serviços



Em 2025 a base estratégica das nossas iniciativas para expansão foi o segmento empresarial. Implementamos um novo conceito de atendimento voltado para clientes pessoa jurídica (PJ), com foco na qualificação do relacionamento e na oferta de produtos e serviços especializados, visando a construção de relacionamentos de longo prazo e assertividade na concessão de crédito.

Desenvolvemos e aprimoramos um portfólio completo de soluções em contas a receber e a pagar para a gestão integrada do fluxo de caixa das empresas, como a API Pix Banrisul, que já conta com mais de duas mil empresas integradas, e a API Portal Gestão de Cobranças – ferramentas que conectam as plataformas dos clientes PJ às nossas soluções de gestão e controle de recebimentos e pagamentos. No mesmo período lançamos novas modalidades de capital de giro para empresas de todos os portes, multigarantias e com pagamento flexível (parcela única ou parcelado). Nossos clientes também contam com soluções de venda e antecipação de recebíveis Vero, cartão Banricompras Empresas com prazos de pagamento flexíveis e parametrizáveis, produtos para capital de giro rotativo (Conta Única) e para folha de pagamento.

No 4T2025 assinamos convênios relevantes de folhas de pagamento junto a clientes do segmento Corporate com alta empregabilidade, que geraram mais de 30 mil novas contas de clientes pessoas físicas.

Carteira de Crédito

Nossa carteira de crédito alcançou R\$65.061,6 bilhões em dezembro de 2025, com alta de 4,6% frente a dezembro de 2024, refletindo, especialmente, a ampliação no saldo de crédito para pessoa jurídica, com destaque para capital de giro, câmbio e conta garantida. Ao longo de 2025 desenvolvemos e implementamos soluções e avanços digitais importantes e reabrimos linhas sazonais, mantendo o olhar atento ao mercado sem perder a centralidade do cliente. Aprimoramos os serviços digitais para a contratação de crédito pessoa física e jurídica, incluindo a assinatura eletrônica para contratação diretamente pelo app.

No segmento **pessoa física** reabrimos modalidades de crédito para a educação e, acompanhando o mercado, operamos com as linhas de consignado CLT pelos canais presenciais e digitais, ampliando nossa atuação no segmento de consignado. O saldo na modalidade de cartão de crédito teve incremento importante em 2025, alcançando R\$2.850,4 bilhões. No segmento **pessoa jurídica**, a Conta Única (modalidade de conta garantida com limite de crédito rotativo e recorrente para capital de giro lançado em abril/2024) manteve o protagonismo no portfólio e chegou ao saldo de R\$2.269,5 bilhões em dezembro/2025. As linhas de crédito de capital de giro e de câmbio também se destacaram com avanços relevantes no ano.



Aprimoramos a gestão de riscos e a qualidade dos nossos ativos de crédito através de iniciativas e esforços que transformaram e impulsionaram a recuperação de crédito, dentre elas:

- Soluções digitais de renegociação para maior autonomia dos clientes.
- Ampliação dos canais de negociação, garantindo conveniência e acessibilidade.
- Intensificação da governança e fortalecimento da equipe de vendas.
- Outro atento para clientes com indícios de redução na capacidade de pagamento, adequando o mix de produtos e as concessões via app.

A funcionalidade **Finanças em Dia**, solução digital de renegociação de dívidas disponibilizada no Aplicativo Banrisul no primeiro semestre de 2025, se consolidou como um importante canal complementar para assegurar a sustentabilidade da carteira, permitindo ao cliente negociar suas dívidas de forma rápida, prática e segura, sem necessidade de deslocamento a uma agência do Banco.

Recursos Captados e Administrados

Nossa carteira de recursos captados e administrados, composta por depósitos, recursos em letras, dívida subordinada e fundos de investimento, cresceu 16,0% em 2025 e alcançou R\$133.495,1 bilhões. Dos recursos captados, 29,7% são operações prefixadas, que em 2025 cresceram 41,5%, com acréscimos de R\$2.686 milhões nos CDBs e de R\$1.130 milhões nas Letras Financeiras. Os depósitos, principal instrumento de captação, cresceram R\$12.363,0 bilhões em 2025 (+14,0%) e representam 89,5% dos recursos captados. Em 2025 emitimos Letras Financeiras Subordinadas no montante de R\$1,0 bilhão no 3T2025, e R\$850,0 milhões no 4T2025, instrumentos estratégicos voltados ao fortalecimento da estrutura de capital. Nesse mesmo ano investimos na ampliação e diversificação das fontes de captação e no fortalecimento da base de investidores, aliando tecnologia e conveniência às necessidades do mercado.

Aprimoramos a experiência do investidor nos canais digitais através da evolução da jornada de investimentos via app, que passou a oferecer uma experiência mais simples, intuitiva e alinhada aos objetivos dos clientes, e do lançamento do novo site institucional, redesenhado com interface renovada, organizado por perfis e focado em soluções financeiras. Como resultado, a captação via aplicativo cresceu 31,0% no volume contratado e 30,0% no número de clientes que realizaram sua primeira aplicação pelo app.



No 4T2025, anunciamos um novo posicionamento estratégico na administração e gestão de fundos de investimento de renda fixa e variável com a criação da marca **Banrisul Asset**, com foco na visão estratégica e abordagem orientada por dados, análises e inteligência de mercado, aliando desempenho e segurança aos investidores.

Soluções em Câmbio

Em 2025, reforçamos nosso compromisso em apoiar a forte vocação exportadora do Rio Grande do Sul, expandimos nossa atuação comercial no segmento de câmbio, primando sempre pela saúde da carteira através da gestão criteriosa, do atendimento personalizado e do profundo conhecimento dos negócios dos nossos clientes. Ampliamos a oferta de soluções cambiais com a inclusão do Remimbi (CNY) como moeda para a liquidação de operações de importação e exportação, atendendo à crescente demanda de empresas que mantêm relações comerciais com a China. Como resultado nossa carteira cresceu 34,9%, passando de R\$2,1 bilhões em dezembro/2024 para R\$2,9 bilhões ao final de dezembro/2025, impulsionada pela intensificação da atuação comercial e pelo aumento significativo das operações de câmbio pronto, mantendo baixíssimo índice de inadimplência.



Cartões de Crédito e de Débito

Contamos com uma base de 1,3 milhão de cartões de crédito nas bandeiras Mastercard e Visa ao final de dezembro de 2025. As receitas de crédito e de tarifas com cartões de crédito e com cartões BNDES somaram R\$882,1 milhões no ano de 2025.



Ao longo de 2025, importantes lançamentos e parcerias estratégicas reforçaram nosso relacionamento com os clientes, impulsionando a fidelização e proporcionando conveniência, ampliação de benefícios e vantagens exclusivas, tais como:

- Suporte completo às carteiras digitais Apple Pay e Google Pay, permitindo que os clientes utilizem seus cartões de crédito Banrisul Mastercard diretamente pelo seu smartphone iOS ou Android.
- Promoções com recompensas reais e atrativas.
- Concessão de descontos na compra de ingressos com cartões Banrisul Mastercard, Visa e Banricompras, para shows e espetáculos em quatro casas de eventos do Estado.
- Tag Veicular Banrisul, em parceria com a Veelo, com mensalidade grátis.
- No Banridube, ampliamos os benefícios com programas de vantagens de linhas aéreas, e lançamos a funcionalidade "Crédito em Fatura", que permite aos clientes pessoa física converterem seus pontos em valores creditados diretamente na fatura.
- No Banricompras Empresas disponibilizamos uma solução de pagamento para pessoas jurídicas, com limites para compras pré-datadas e parceladas, diferenciando-se pelos prazos flexíveis e parametrizáveis.
- Habilitamos o extrato do Banricompras detalhado no app, que confere maior autonomia e gestão de gastos.

Rede de Adquirência Vero

A Vero encerrou 2025 com 150,7 mil estabelecimentos credenciados ativos, com transações nos últimos 12 meses, posição 5,9% superior ao ano anterior. No período, foram capturadas 550,5 milhões de transações, atingindo um volume financeiro transacionado de R\$50,8 bilhões.



Cartão de débito Cartão de crédito

Cartão de débito Cartão de crédito

Cartão de débito Cartão de crédito

Cartão de débito Cartão de crédito

Cartão de débito Cartão de crédito

Cartão de débito Cartão de crédito

Cartão de débito Cartão de crédito

Cartão de débito Cartão de crédito

Cartão de débito Cartão de crédito

Cartão de débito Cartão de crédito

Cartão de débito Cartão de crédito

Cartão de débito Cartão de crédito

Cartão de débito Cartão de crédito

Cartão de débito Cartão de crédito

Cartão de débito Cartão de crédito

Cartão de débito Cartão de crédito

Cartão de débito Cartão de crédito

Cartão de débito Cartão de crédito

Cartão de débito Cartão de crédito

Cartão de débito Cartão de crédito

Cartão de débito Cartão de crédito

Cartão de débito Cartão de crédito

Cartão de débito Cartão de crédito

Cartão de débito Cartão de crédito

Cartão de débito Cartão de crédito

Cartão de débito Cartão de crédito

Cartão de débito Cartão de crédito

Cartão de débito Cartão de crédito

Cartão de débito Cartão de crédito

Cartão de débito Cartão de crédito

Cartão de débito Cartão de crédito

Cartão de débito Cartão de crédito

Cartão de débito Cartão de crédito

Cartão de débito Cartão de crédito

Cartão de débito Cartão de crédito

Cartão de débito Cartão de crédito

Cartão de débito Cartão de crédito

Cartão de débito Cartão de crédito

Cartão de débito Cartão de crédito

Cartão de débito Cartão de crédito

Cartão de débito Cartão de crédito

Cartão de débito Cartão de crédito

Cartão de débito Cartão de crédito

Cartão de débito Cartão de crédito

Cartão de débito Cartão de crédito

Cartão de débito Cartão de crédito

Cartão de débito Cartão de crédito

Cartão de débito Cartão de crédito

Cartão de débito Cartão de crédito

Cartão de débito Cartão de crédito

Cartão de débito Cartão de crédito

Cartão de débito Cartão de crédito

Cartão de débito Cartão de crédito

Cartão de débito Cartão de crédito

Cartão de débito Cartão de crédito

Cartão de débito Cartão de crédito

Cartão de débito Cartão de crédito

Cartão de débito Cartão de crédito

Cartão de débito Cartão de crédito

Cartão de débito Cartão de crédito

Cartão de débito Cartão de crédito

Cartão de débito Cartão de crédito

Cartão de débito Cartão de crédito

Cartão de débito Cartão de crédito

Cartão de débito Cartão de crédito

Cartão de débito Cartão de crédito

Cartão de débito Cartão de crédito

Cartão de débito Cartão de crédito

Cartão de débito Cartão de crédito

Cartão de débito Cartão de crédito

Cartão de débito Cartão de crédito

Cartão de débito Cartão de crédito

Cartão de débito Cartão de crédito

Cartão de débito Cartão de crédito

Cartão de débito Cartão de crédito

Cartão de débito Cartão de crédito

Cartão de débito Cartão de crédito

Cartão de débito Cartão de crédito

Cartão de débito Cartão de crédito

Cartão de débito Cartão de crédito

Cartão de débito Cartão de crédito

Cartão de débito Cartão de crédito

Cartão de débito Cartão de crédito

Cartão de débito Cartão de crédito

Cartão de débito Cartão de crédito

Cartão de débito Cartão de crédito

Cartão de débito Cartão de crédito

Cartão de débito Cartão de crédito

Cartão de débito Cartão de crédito

Cartão de débito Cartão de crédito

Cartão de débito Cartão de crédito

Cartão de débito Cartão de crédito

Cartão de débito Cartão de crédito

Cartão de débito Cartão de crédito

Cartão de débito Cartão de crédito

Cartão de débito Cartão de crédito

Cartão de débito Cartão de crédito

Cartão de débito Cartão de crédito

Cartão de débito Cartão de crédito

Cartão de débito Cartão de crédito

Cartão de débito Cartão de crédito

Cartão de débito Cartão de crédito

Cartão de débito Cartão de crédito

Cartão de débito Cartão de crédito

Cartão de débito Cartão de crédito

Cartão de débito Cartão de crédito

Cartão de débito Cartão de crédito

Cartão de débito Cartão de crédito

Cartão de débito Cartão de crédito

Cartão de débito Cartão de crédito

Cartão de débito Cartão de crédito

Cartão de débito Cartão de crédito

Cartão de débito Cartão de crédito

Cartão de débito Cartão de crédito

Cartão de débito Cartão de crédito

Cartão de débito Cartão de crédito

Cartão de débito Cartão de crédito

Cartão de débito Cartão de crédito

Cartão de débito Cartão de crédito

Cartão de débito Cartão de crédito

Cartão de débito Cartão de crédito

Cartão de débito Cartão de crédito

Cartão de débito Cartão de crédito

Cartão de débito Cartão de crédito

Cartão de débito Cartão de crédito

Cartão de débito Cartão de crédito

Cartão de débito Cartão de crédito

Cartão de débito Cartão de crédito

Cartão de débito Cartão de crédito

Cartão de débito Cartão de crédito

Cartão de débito Cartão de crédito

Cartão de débito Cartão de crédito

Cartão de débito Cartão de crédito

Cartão de débito Cartão de crédito

Cartão de débito Cartão de crédito

Cartão de débito Cartão de crédito

Cartão de débito Cartão de crédito



COMPANHIA ABERTA

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - SECRETARIA DA FAZENDA

Autorizado a funcionar por Decreto nº 18.374, de 28 de agosto de 1928 - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica nº 92.702.067/0001-96
Matriz em Porto Alegre - Rio Grande do Sul - Rua Capitão Montanha, 177

Reconhecimentos

Janeiro/2025.

Banrisul estreia na carteira do Índice Carbono Eficiente da B3.

Março/2025.

Banrisul conquista Prêmio Ouvidorias Brasil pela quinta vez.

Banrisul é a marca líder em Empresa Pública Gaúcha no Marcas de Quem Decide.

Abri/2025.Moody's eleva o *rating* do Banrisul para AA-br.

Banrisul conquista o Prêmio ESARH – Doralício Siqueira 2025, um dos prêmios mais importantes em gestão de pessoas do País.

Mai/2025.

Banrisul é destaque na 35ª edição do prêmio Top of Mind RS e reforça conexão com os gaúchos.

Banrisul é destaque como um dos três agentes financeiros que mais concederam crédito na reconstrução do Estado, devido aos eventos climáticos de 2024, durante a 4ª edição do Evento de Reconhecimento dos Agentes Financeiros, realizada em São Paulo.

Fitch confirma *ratings* do Banrisul em BB- e AA+(bra), com perspectiva estável.

Banrisul recebe homenagem pelo patrocínio à programação de estreia do Teatro Simões Lopes Neto.

Agosto/2025.

Banrisul conquista Selo Ouro do Programa Brasileiro GHG Protocol por excelência na gestão de emissões de gases de efeito estufa pelo quarto ano consecutivo.

Setembro/2025.

Presidente do Banrisul é homenageado com o 26º Troféu Guri.

Diretor do Banrisul é homenageado com o Prêmio Ceres na 48ª edição da Expointer.

Banrisul alcança classificação verde inédita na auditoria de autorregulação da Febraban.

Banrisul está entre as 100 maiores empresas do Brasil do ranking EXAME MELHORES E MAIORES 2025, da revista Exame.

Banrisul é um dos 20 maiores bancos do País no ranking Valor 1000, edição de 2025, elaborado pelo jornal Valor Econômico.

Outubro/2025.

Banrisul conquista terceira posição no ranking de curto prazo da Taxa Selic no Relatório Focus. O Banrisul obteve destaque no ranking Top 5 do Relatório Focus, divulgado pelo Banco Central (BC), conquistando a terceira posição na projeção de curto prazo para a Taxa Selic, dentre 170 instituições financeiras, acadêmicas e consultorias.

Banrisul é a segunda maior empresa do Estado. No ranking *500 Maiores do Sul – Grandes e Líderes 2025*, elaborado pelo Grupo Amanhã e a consultoria PricewaterhouseCoopers (PwC Brasil), o Banrisul conquistou a segunda posição entre as 100 maiores empresas do Rio Grande do Sul e o nono lugar entre as 500 maiores da Região Sul.Banrisul é vencedor do Top de Marketing ADVB/RS 2025 na categoria Branding. O Banrisul foi reconhecido como vencedor na categoria *Organização – modalidade: Desenvolvimento*, do Prêmio Top Ser Humano 2025, concedido pela Associação Brasileira de Recursos Humanos – Seccional Rio Grande do Sul (ABRH-RS).**Novembro/2025.**Banrisul conquista o Prêmio Top Ser Humano 2025. O Banrisul foi reconhecido como vencedor na categoria *Organização – modalidade: Desenvolvimento*, do Prêmio Top Ser Humano 2025, concedido pela Associação Brasileira de Recursos Humanos – Seccional Rio Grande do Sul (ABRH-RS).**Banrisul recebe três selos da Autorregulação Febraban.**

O Banrisul foi destaque na cerimônia de entrega dos Selos da Autorregulação da Federação Brasileira de Bancos (Febraban), durante o Seminário Febraban de Relacionamento com o Consumidor. O Banrisul conquistou os três selos de autorregulação, consolidando seu compromisso com as melhores práticas de relacionamento e atendimento ao consumidor.

Banrisul é reconhecido com Prêmio de Inovação no BioCatch Connect 2025.

O Banrisul conquistou o Prêmio de Inovação durante o BioCatch Connect 2025, evento realizado em São Paulo que reuniu líderes do setor financeiro e especialistas em prevenção a fraudes. A premiação reforça o compromisso do Banco com a segurança digital e a proteção dos clientes, destacando o uso de soluções baseadas em Inteligência Artificial (IA) e Machine Learning para identificar transações suspeitas nos canais digitais.

Aplicativo Banrisul e Banriclub se destacam em ranking nacional.

O aplicativo do Banrisul e o Banriclub – programa de recompensas dos cartões de crédito Banrisul – obtiveram posição de destaque no estudo CardIndex 2025, considerado o maior mapeamento de cartões e programas de fidelidade do País, organizado pela empresa CardMonitor, referência em informações e análises sobre o mercado de meios eletrônicos de pagamento.

Dezembro/2025.

Banrisul mantém destaque no Top 5 Focus e figura entre os melhores na projeção da Taxa Selic. O Banrisul reafirmou sua posição de destaque no ranking Top 5 do Relatório Focus, divulgado pelo Banco Central. Na última edição publicada, o Banco figurou novamente entre os cinco primeiros colocados na projeção de curto prazo para a Taxa Selic, ocupando a terceira posição no documento.

Banrisul Corretora de Valores recebe homenagem pelos 55 anos de atuação no mercado.

A Associação Comercial de Porto Alegre prestou homenagem à Banrisul Corretora de Valores pelos seus 55 anos de história em reconhecimento à trajetória da Instituição no mercado financeiro.

Agradecimentos

O resultado que apresentamos no período consolida importantes avanços e reafirma nosso compromisso com a excelência e a sustentabilidade de um banco que olha para o futuro com planejamento e visão estratégica. Graças ao empenho de nossos funcionários, e à parceria de nossos clientes, investidores e fornecedores, seguimos trabalhando próximos das comunidades e comprometidos com o desenvolvimento do Rio Grande do Sul.

A Diretoria.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM IFRS 31 DE DEZEMBRO DE 2025

Balanco Patrimonial

(Valores em Milhares de Reais)

	Nota	31/12/2025	31/12/2024
Ativo			
Disponibilidades	6	1.298.124	1.126.982
Ativos Financeiros		156.590.693	140.738.679
Ao Custo Amortizado		132.993.625	117.203.223
Depósitos Compulsórios no Banco Central do Brasil	7	15.861.036	11.716.930
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	8	4.024.499	2.592.728
Títulos e Valores Mobiliários	9	45.848.429	35.077.029
Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro	10	65.061.559	62.225.641
Outros Ativos Financeiros	11	5.936.592	8.194.992
(Provisão para Perda Esperada Associada ao Risco de Crédito)		(3.738.490)	(2.604.097)
(Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro)	10	(3.425.345)	(2.552.871)
(Outros Ativos Financeiros)		(313.145)	(51.226)
Ao Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes		21.937.981	18.350.048
Títulos e Valores Mobiliários	12	21.937.981	18.350.048
Ao Valor Justo por Meio do Resultado		1.659.087	5.185.408
Títulos e Valores Mobiliários	13	1.558.847	4.861.110
Instrumentos Financeiros Derivativos	21	100.240	324.298
Ativos Fiscais		3.869.114	3.853.213
Correntes		199.421	158.520
Diferidos	15a	3.669.693	3.694.693
Outros Ativos	14	672.897	617.910
Investimentos		169.748	199.602
Investimentos em Participações em Coligadas	16	169.748	199.602
Imobilizado de Uso	17	958.757	934.546
Imobilizações de Uso		1.995.256	1.931.204
(Depreciação Acumulada)		(1.036.499)	(996.658)
Intangível	18	299.199	465.583
Ativos Intangíveis		1.945.017	1.893.179
(Amortização Acumulada)		(1.645.818)	(1.427.596)
Total do Ativo		163.858.532	147.936.515

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

	Nota	31/12/2025	31/12/2024
Passivo			
Passivos Financeiros		147.521.081	132.392.030
Ao Custo Amortizado		145.722.468	130.340.792
Depósitos	19	100.557.914	88.194.890
Captações no Mercado Aberto	19	22.819.656	22.238.994
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	19	7.739.376	6.936.464
Letras Financeiras Subordinadas	19	2.413.040	421.812
Obrigações por Empréstimos	19	2.806.928	2.513.508
Obrigações por Repasses	19	3.802.826	3.065.190
Outros Passivos Financeiros	20	5.582.728	6.969.934
Ao Valor Justo por meio do Resultado		1.690.432	1.880.714
Instrumentos Financeiros Derivativos	21	1.027	-
Dívidas Subordinadas	21	1.689.405	1.880.714
Provisão para Perda Esperada		108.181	170.524
Compromissos de Crédito e Créditos a Liberar		96.100	133.562
Garantias Financeiras Prestadas		12.081	36.962
Provisões Fiscais, Trabalhistas e Cíveis	23a	2.518.055	2.902.896
Passivos Fiscais		556.822	660.285
Correntes		284.128	252.765
Diferidos	15b	272.694	407.520
Outros Passivos	24	1.797.423	1.562.551
Total do Passivo		152.393.381	137.517.762
Patrimônio Líquido	25		
Capital Social		8.300.000	8.000.000
Reservas de Capital		5.098	5.098
Reservas de Lucros		3.290.325	2.519.308
Outros Resultados Abrangentes		(133.709)	(109.359)
Participação dos Acionistas Não Controladores		3.437	3.706
Total do Patrimônio Líquido		11.465.151	10.418.753
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		163.858.532	147.936.515

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do Resultado

(Valores Em Milhares De Reais)

	Nota	01/01 a 31/12/2025	01/01 a 31/12/2024
Receitas com Juros e Similares		21.729.761	16.243.082
Despesas com Juros e Similares		(15.349.812)	(10.895.458)
Receita Líquida com Juros e Similares	26	6.379.949	5.347.624
Ganhos/(Perdas) Líquidos com Ativos e Passivos Financeiros ao Valor Justo	27	(299.320)	274.033
Resultado de Operações de Câmbio e Variação Cambial de Transações no Exterior		283.697	258.282
Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito Líquida		(1.045.031)	(1.262.647)
Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro		(879.999)	(1.193.691)
Outros Instrumentos Financeiros		(165.032)	(68.956)
Outras Receitas/(Despesas) Operacionais		(3.305.914)	(3.856.339)
Receitas de Prestação de Serviços	28	2.135.807	2.102.668
Despesas de Pessoal	29	(2.755.325)	(2.539.113)
Outras Despesas Administrativas	30	(2.190.363)	(2.127.416)
Despesas Tributárias		(571.151)	(558.988)
Resultado de Participação em Coligadas	16	97.446	113.447
Outras Receitas Operacionais	31	1.322.530	662.816
Outras Despesas Operacionais	32	(746.431)	(924.872)
Provisões Fiscais, Trabalhistas e Cíveis	23a	(598.427)	(584.881)
Resultado Antes da Tributação sobre o Lucro		2.013.381	760.953
Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido	33	(298.830)	(33.155)
Corrente		(384.920)	(460.439)
Diferido		86.090	427.284
Lucro Líquido do Período		1.714.551	727.798
Lucro Líquido Atribuível aos Acionistas Controladores		1.713.913	727.253
Lucro Líquido Atribuível aos Acionistas Não Controladores		638	545
Lucro por Ação	34		
Lucro Básico e Diluído por Ação (em Reais – R\$)			
Ação Ordinária		4,19	1,78
Ação Preferencial A		4,59	1,84
Ação Preferencial B		4,19	1,78

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do Resultado Abrangente

(Valores em Milhares de Reais)

	01/01 a 31/12/2025	01/01 a 31/12/2024
Lucro Líquido do Período	1.714.551	727.798
Itens Reclassificáveis para a Demonstração do Resultado	31.795	6.855
Ativos Financeiros ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes	31.795	6.855
Variação de Valor Justo	50.999	16.545
Efeito Fiscal	(19.204)	(9.690)
Itens não Reclassificáveis para a Demonstração do Resultado	(56.145)	187.291
Remensuração de Obrigações de Benefícios Pós-Emprego	(56.145)	187.291
Ganhos/(Perdas) Atuariais	(101.988)	340.081
Efeito Fiscal	45.843	(152.790)
Total dos Ajustes Não Incluídos no Lucro Líquido do Período	(24.350)	194.146
Resultado Abrangente Líquido do Período	1.690.201	921.944
Resultado Abrangente Atribuível aos Acionistas Controladores	1.689.563	921.399
Resultado Abrangente Atribuível aos Acionistas Não Controladores	638	545

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração dos Fluxos de Caixa

(Valores em Milhares de Reais)

	01/01 a 31/12/2025	01/01 a 31/12/2024
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais		
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro	2.013.381	760.953
Ajustes ao Lucro antes da Tributação sobre o Lucro	2.020.140	2.579.050
Depreciação e Amortização	407.380	408.977
Resultado de Participações em Coligadas	(97.446)	(113.447)
Resultado de Atualização da Dívida Subordinada	61.186	585.285
Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	1.045.031	1.262.647
Variação Cambial de Caixa e Equivalente de Caixa	5.562	(149.293)
Provisões para Riscos Fiscais, Trabalhistas e Cíveis	598.427	584.881
Variações Patrimoniais		
(Aumento)/Redução em Ativos	(1.196.967)	(7.116.073)
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	(128.009)	(342.026)
Depósito Compulsório no Banco Central do Brasil	(4.144.106)	(396.913)
Ativos Financeiros ao Valor Justo por Meio do Resultado	3.421.543	4.688.833
Instrumentos Financeiros Derivativos (Ativos/Passivos)	225.085	(341.534)
Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro	(2.792.217)	(9.443.252)
Outros Ativos Financeiros	2.214.271	(1.398.068)
Ativos Fiscais	70.189	186.700
Outros Ativos	(53.100)	(81.153)
Ajuste de Avaliação Patrimonial	(10.623)	11.340
Aumento/(Redução) em Passivos	12.259.803	20.300.247
Depósitos	12.363.024	11.433.807
Captações no Mercado Aberto	580.662	5.465.634
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	802.912	722.471
Obrigações por Empréstimos e Repasses	1.149.395	2.327.689
Outros Passivos Financeiros	(1.387.205)	1.181.044
Provisões Fiscais, Trabalhistas e Cíveis	(983.268)	(350.088)
Passivos Fiscais	309.665	(64.226)
Outros Passivos	(76.164)	(37.999)
Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido Pagos	(499.218)	(378.085)
Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) nas Atividades Operacionais	15.096.357	16.524.177
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento		
Dividendos Recebidos de Coligadas	132.165	80.660
(Aumento) Ativos Financeiros ao Valor Justo por Meio Outros Resultados Abrangentes	(3.587.634)	(18.296.050)
(Aumento) Títulos e Valores Mobiliários ao Custo Amortizado	(10.749.354)	(1.473.453)
Alienação de Imobilizado de Uso	23.751	31.354
Alienação de Intangível	186	1.138
Aquisição de Imobilizado de Uso	(238.658)	(176.130)
Aquisição de Intangível	(52.372)	(65.335)
Caixa Líquido Proveniente das Atividades de Investimento	(14.471.916)	(19.897.816)
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento		
Letras Financeiras Subordinadas	1.849.999	-
Pagamento de Juros da Dívida Subordinada	(111.266)	(101.182)
Dividendos Pagos	(35.978)	(74.926)
Juros sobre o Capital Próprio Pagos	(620.000)	(332.000)
Liquidação de Arrendamentos	(118.339)	-
Variação na Participação de Não Controladores	(269)	(3.097)
Caixa Líquido Utilizado nas Atividades de Financiamento	964.147	(511.205)
Aumento Líquido de Caixa e Equivalentes a Caixa	1.588.588	(3.884.844)
Caixa e Equivalentes a Caixa no Início do Período	1.792.236	5.665.478
Variação Cambial de Caixa e Equivalente de Caixa	(5.562)	149.293



COMPANHIA ABERTA

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - SECRETARIA DA FAZENDA

Autorizado a funcionar por Decreto nº 18.374, de 28 de agosto de 1928 - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica nº 92.702.067/0001-96
Matriz em Porto Alegre - Rio Grande do Sul - Rua Capitão Montanha, 177

Demonstração do Valor Adicionado

(Valores em Milhares de Reais)

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

(Valores em Milhares de Reais)

	01/01 a 31/12/2025		01/01 a 31/12/2024		Atribuível aos Acionistas da Controladora									
					Reservas de lucros						Acionistas Não Controladores			
					Nota	Capital Social	Reservas de Capital	Legal	Estatutária	Para Expansão	ORA	Lucros Acumulados	Individual	Consolidado
Receitas (a)	24.127.444	18.278.234												
Juros e Similares	21.714.138	16.775.397												
Prestação de Serviços	2.135.807	2.102.668												
Perdas Esperadas de Ativos Financeiros	(1.045.031)	(1.262.647)												
Outras	1.322.530	662.816												
Despesas (b)	(15.349.812)	(10.895.458)												
Juros e Similares	(15.349.812)	(10.895.458)												
Insumos Adquiridos de Terceiros (c)	(3.087.475)	(3.188.789)												
Materiais, Energia e Outros	(2.361.117)	(2.453.921)												
Serviços de Terceiros	(726.358)	(734.868)												
Valor Adicionado Bruto (d=a-b-c)	5.690.157	4.193.987												
Depreciação e Amortização (e)	(407.380)	(408.977)												
Valor Adicionado Líquido Produzido pela Entidade (Fd=e)	5.282.777	3.785.010												
Valor Adicionado Recebido em Transferência (g)	97.446	113.447												
Resultado de Participações em Coligadas	97.446	113.447												
Valor Adicionado a Distribuir (h=f+g)	5.380.223	3.898.457												
Distribuição do Valor Adicionado	5.380.223	3.898.457												
Pessoal	2.407.552	2.214.543												
Remuneração Direta	1.689.592	1.542.018												
Benefícios	609.969	573.137												
Fundo de Garantia por Tempo de Serviço	107.991	99.388												
Impostos, Taxas e Contribuições	1.217.754	916.713												
Federais	1.139.553	831.623												
Estaduais	267	161												
Municipais	77.934	84.929												
Remuneração de Capitais de Terceiros	40.366	39.403												
Aluguéis	40.366	39.403												
Remuneração de Capitais Próprios	1.714.551	727.798												
Juros sobre o Capital Próprio	620.000	332.000												
Dividendos	28.998	35.978												
Lucros Retidos do Período	1.064.915	359.725												
Participação de Não Controladores nos Lucros Retidos	638	545												

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Apresentamos a seguir as Notas Explicativas que integram o conjunto das demonstrações financeiras consolidadas em IFRS do Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A., com os valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma, e distribuídas como segue:

Nota 01 – Contexto Operacional

O Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. (Banrisul, Instituição), principal empresa do Grupo Banrisul, controlado pelo Estado do Rio Grande do Sul, é uma sociedade anônima de capital aberto que atua sob a forma de banco múltiplo, com sede no Brasil, domiciliado na Rua Capitão Montanha, 177 – 4º andar, na cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, e opera nas atividades comerciais, de crédito, de financiamento e de investimento, de crédito imobiliário, de desenvolvimento, de arrendamento mercantil, e de operações de câmbio. Por intermédio de suas controladas e coligadas, atua em diversas outras atividades, com destaque para corretagem de títulos e valores mobiliários, administração de consórcios, meios de pagamentos, seguros e previdência. As operações são conduzidas por um conjunto de instituições que agem de forma integrada no mercado financeiro. O Banrisul atua, também, como instrumento de execução da política econômico-financeira do Estado do Rio Grande do Sul, em consonância com os planos e programas do Estado.

Nota 02 – Apresentação das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras consolidadas em IFRS (demonstrações financeiras) foram elaboradas de acordo com práticas contábeis internacionais, com observância às International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e em atendimento aos requerimentos e diretrizes do Conselho Monetário Nacional (CMN) por meio da Resolução CMN nº 4.818/20.

As políticas contábeis são os princípios, bases, convenções, regras e práticas específicas adotadas pelo Banrisul na preparação e apresentação de suas demonstrações financeiras. As demonstrações financeiras incluem estimativas contábeis no que se refere à constituição de provisões e determinação de certos valores dos ativos integrantes de sua carteira de títulos e valores mobiliários, instrumentos financeiros derivativos e imposto diferido. Dessa forma, quando da efetiva liquidação financeira desses ativos, os resultados auferidos podem ser diferentes dos estimados.

A Administração do Banrisul (Administração) declara que as divulgações realizadas nas demonstrações financeiras evidenciam todas as informações relevantes utilizadas na sua gestão e que as demonstrações financeiras são consistentes com os normativos vigentes em cada período.

As demonstrações financeiras foram elaboradas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir a avaliação do valor justo dos ativos financeiros mensurados por meio de outros resultados abrangentes e dos ativos e passivos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

A preparação das demonstrações financeiras requer a adoção de estimativas e julgamentos que afetam os valores divulgados para ativos e passivos, bem como a divulgação de ativos contingentes e passivos contingentes na data das demonstrações financeiras e das receitas e despesas durante o período. Os assuntos que demandam maior nível de discricionariedade estão apresentados na Nota 4.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. A Demonstração do Valor Adicionado foi preparada de acordo com os critérios definidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC 09(R1)). As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração, sendo apresentada de forma suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras.

As demonstrações financeiras elaboradas para o período de reporte foram aprovadas para emissão pelo Conselho de Administração do Banrisul em 06 de fevereiro de 2026.

(a) Base de Consolidação

As demonstrações financeiras incluem as operações do Banrisul, das empresas controladas e coligadas e das cotas de fundos de investimento em que o Banrisul assume ou retém, substancialmente, riscos e benefícios. Na elaboração das demonstrações financeiras, os saldos das contas patrimoniais e de resultado e os valores das transações entre as empresas consolidadas são eliminados, bem como são destacadas as parcelas do resultado do período e do patrimônio líquido referentes às participações dos acionistas minoritários (não controladores). As mudanças na participação do Banrisul em uma subsidiária que não resultam em perda de controle são contabilizadas como transações patrimoniais.

Controladas: são todas as empresas sobre as quais o Banrisul possui o controle. O Banrisul possui controle sobre a investida quando está exposto, ou tem direitos sobre seus retornos variáveis oriundos do envolvimento com a empresa e possui capacidade de afetar tais retornos. As controladas são integralmente consolidadas a partir da data em que o controle é obtido pelo Banrisul e deixam de ser consolidadas a partir da data em que o controle cessa. Os investimentos nessas empresas são reconhecidos, inicialmente, ao custo de aquisição e avaliados subsequentemente pelo método de equivalência patrimonial.

Empresas Controladas	Atividade	Participação do Capital Social (%) 31/12/2025
Banrisul Armazéns Gerais S.A.	Prestação de Serviços	100,00%
Banrisul S.A. Corretora de Valores Mobiliários e Câmbio	Corretora	98,98%
Banrisul S.A. Administradora de Consórcios	Administração de Consórcios	99,68%
Banrisul Soluções em Pagamentos S.A.	Meios de Pagamentos	100,00%
Banrisul Seguradora Participações S.A. (1)	Seguradora	100,00%

(1) A controlada Banrisul Seguradora Participações S.A. controla integralmente a Banrisul Corretora de Seguros S.A.

Coligadas: são todas as empresas nas quais o Banrisul tem influência significativa, porém não detém o controle. Os investimentos nessas empresas são reconhecidos, inicialmente, ao custo de aquisição e avaliados subsequentemente pelo método de equivalência patrimonial.

Empresas Coligadas	Atividade	Participação do Capital Social (%) 31/12/2025
Bem Promotora de Vendas e Serviços S.A.	Prestação de Serviços	49,90%
Banrisul Itau Participações S.A.	Seguros	49,99%

Participações de Não Controladores: o Banrisul apresenta a participação de acionistas não controladores segregado no patrimônio líquido, no Balanço Patrimonial. O resultado atribuível aos acionistas não controladores é evidenciado separadamente na Demonstração do Resultado e na Demonstração do Resultado Adicionado.

(b) Informações para Efeito de Comparabilidade

Nas demonstrações financeiras de 2025 ocorreram reclassificações entre grupos do Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado e consequentemente na Demonstração dos Fluxos de Caixa e Demonstração do Valor Adicionado. Esse procedimento foi realizado com o objetivo de melhorar a qualidade e consistência dessas demonstrações financeiras. Dessa forma, os saldos comparativos relativos a 31 de dezembro de 2024 foram reclassificados conforme demonstrado a seguir:

(b.1) Balanço Patrimonial

Ativo – Valores Reclassificados entre Grupos	Para	Reclassificação
Operações de Crédito e Arrendamento		
Mercantil Financeiro	Outros Ativos	19.859
Outros Ativos Financeiros	Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro	87.116

Ativo – Saldos dos Grupos Reclassificados

Grupos	Publicado em 31/12/2024	Reclassificação	Reapresentação de 31/12/2024
Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro	62.158.384	67.257	62.225.641
Outros Ativos Financeiros	8.282.108	(87.116)	8.194.992
Outros Ativos	598.051	19.859	617.910

Passivo – Valores Reclassificados entre Grupos

De	Para	Reclassificação
Outros Passivos Financeiros	Obrigações por Empréstimos	251.274
Outros Passivos	Outros Passivos Financeiros	358.912

Passivo – Saldos dos Grupos Reclassificados

Grupos	Publicado em 31/12/2024	Reclassificação	Reapresentação de 31/12/2024
Obrigações por Empréstimos	2.262.234	251.274	2.513.508
Outros Passivos Financeiros	6.862.296	107.638	6.969.934
Outros Passivos	1.921.463	(358.912)	1.562.551

(b.2) Demonstração do Resultado

Valores Reclassificados entre Grupos	Para	Reclassificação
Receita com Juros e Similares	Despesas com Juros e Similares	1.576
Resultado de Operações de Câmbio e Variação Cambial de Transações no Exterior		22.439
Receita de Prestação de Serviços		15.906
Outras Despesas Administrativas		289.850
Outras Receitas Operacionais		94.028
Outras Despesas Operacionais		59.934
Despesas com Juros e Similares	Outras Despesas Administrativas	6
Receita de Juros e Similares (Operações de Crédito)		113.760
Outras Despesas Operacionais		2.050

Saldos dos Grupos Reclassificados

Grupos	Publicado em 31/12/2024	Reclassificação	Reapresentação de 31/12/2024
Receita com Juros e Similares	15.910.335	332.747	16.243.082
Despesas com Juros e Similares	(10.893.888)	(1.576)	(10.895.464)
Resultado de Operações de Câmbio e Variação Cambial de Transações no Exterior	235.843	22.439	258.282
Receita de Prestação de Serviços	2.198.472	(95.804)	2.102.668
Outras Despesas Administrativas	(1.837.560)	(289.856)	(2.127.416)
Outras Receitas Operacionais	568.788	94.028	662.816
Outras Despesas Operacionais	(862.888)	(61.984)	(924.872)

(b.3) Demonstração dos Fluxos de Caixa

Valores Reclassificados entre Grupos	Para	Publicado em 31/12/2024	Reclassificação	Reapresentação de 31/12/2024
Outros Ativos Financeiros	Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro	(1.536.894)	138.826	(1.398.068)
	Outros Ativos	(9.309.756)	(133.496)	(9.443.252)
	Outros Ativos	(75.823)	(5.330)	(81.153)
	Outros Passivos	320.672	(358.671)	(37.999)
	Obrigações por Empréstimos e Repasses	2.291.158	36.531	2.327.689
	Outros Passivos Financeiros	858.904	322.140	1.181.044
Alienação de Investimentos em Coligadas		12.184	(12.184)	-
	Aquisição de Investimentos em Coligadas	(644)	844	-
	Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	11.340	11.340

(b.4) Demonstração do Valor Adicionado

Valores Reclassificados entre Grupos	Para	Publicado em 31/12/2024	Reclassificação	Reapresentação de 31/12/2024
Prestação de Serviços		2.198.472	(95.804)	2.102.668
	Receitas de Juros e Similares	16.420.211	355.186	16.775.397
	Outras Receitas	568.788	94.028	662.816
	Despesas de Juros e Similares	(10.893.888)	(1.570)	(10.895.458)
	Materiais, Energia e Outros	(2.366.648)	(67.273)	(2.433.921)
	Serviços de Terceiros	(450.301)	(284.567)	(734.868)

(c) Normas a Serem Adotadas em Períodos Futuros

IFRS 18 – Apresentação e Divulgação das Demonstrações Financeiras: em abril de 2024, o IASB emitiu a nova norma em substituição à IAS 1. O normativo introduz novos conceitos e promove alterações estruturais na Demonstração do Resultado, requer novas divulgações para métricas gerenciais de performance e amplia os critérios para agregação ou desagregação de informação, a serem aplicadas na elaboração dos demonstrativos financeiros primários e nas Notas Explicativas em geral.

As alterações da IAS 18 mudam muitos dos princípios existentes foram mantidos, com alterações limitadas. A IFRS 18 não afetará o reconhecimento ou a mensuração de itens nas demonstrações financeiras, mas pode alterar o que uma entidade relata como seu lucro ou prejuízo operacional.

As alterações da IFRS 18 têm vigência em, ou após, 1º de janeiro de 2027 e se aplica a informações comparativas. O Banrisul está avaliando os impactos em suas demonstrações financeiras para a adoção desta norma.

IFRS 19 – Subsidiárias sem Responsabilidade Pública – Divulgações: este novo padrão permite que subsidiárias qualificadas utilize práticas contábeis que podem alterar os fluxos de caixa (como alguns instrumentos com características vinculadas às metas de Governança Ambiental e Social (Environmental Social and Governance – ESG)) e fazer atualizações nas divulgações de instrumentos patrimoniais designados a Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA).

As alterações têm vigência em, ou após, 1º de janeiro de 2027, com adoção antecipada disponível. O Banrisul está avaliando os impactos para a adoção desta norma.

Alterações às IFRS 7 – Instrumentos Financeiros – Divulgação e IFRS 9 – Instrumentos Financeiros: as alterações esclarecem os requisitos para o momento do reconhecimento e baixa de alguns ativos e passivos financeiros, com uma nova exceção para alguns passivos financeiros liquidados por meio de um sistema de transferência eletrônica de dinheiro; esclarecem e adicionam orientações para avaliar se um ativo financeiro atende ao critério de somente pagamento de principal e juros (solely payment of principal and interest – SPPI); adicionam novas divulgações para certos instrumentos com termos contratuais que podem alterar os fluxos de caixa (como alguns instrumentos com características vinculadas às metas de Governança Ambiental e Social (Environmental Social and Governance – ESG)); e fazem atualizações nas divulgações de instrumentos patrimoniais designados a Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA).

As alterações também visam melhorar a forma de relatar os efeitos financeiros de “contratos referentes à eletricidade dependente da natureza”, contratos que exigem uma entidade a variaridade no montante subjacente de eletricidade em razão de que fonte de geração depende de condições naturais incontroláveis (como o clima). As alterações incluem esclarecimentos da aplicação dos requisitos de “uso próprio”, possibilitando a contabilidade de hedge (hedge accounting) caso esses contratos sejam utilizados como instrumentos de hedge e adicionam requisitos para auxiliar investidores no entendimento dos impactos desses contratos no desempenho financeiro e nos fluxos de caixa da entidade.

As alterações têm vigência em, ou após, 1º de janeiro de 2026, com adoção antecipada disponível. O Banrisul está avaliando os impactos para a adoção desta norma.

IFRS S1 – Requisitos Gerais para Divulgação de Informações Financeiras Relacionadas à Sustentabilidade: a IFRS S1 prescreve como uma entidade deve preparar e relatar em suas demonstrações financeiras relacionadas à sustentabilidade, informações referentes ao fornecimento de recursos à entidade, tais como as informações que possam afetar razoavelmente os fluxos de caixa da entidade, seu acesso a financiamento ou custo de capital no curto, médio ou longo prazo, de modo que sejam úteis aos usuários de relatórios financeiros de propósito geral em sua tomada de decisões.

Assim, uma entidade deve fornecer divulgações sobre: os processos de governança, controles e procedimentos que a entidade usa para monitorar, gerenciar e supervisionar os riscos e oportunidades relacionados à sustentabilidade; a estratégia da entidade para priorizar riscos e oportunidades relacionados à sustentabilidade; os processos que a entidade usa para identificar, avaliar, priorizar e monitorar riscos e oportunidades relacionados à sustentabilidade; e o desempenho da entidade em relação aos riscos e oportunidades relacionados à sustentabilidade, incluindo o progresso em direção a quaisquer metas que a entidade tenha definido ou seja obrigada a cumprir por lei ou regulamento.

A IFRS S1 é efetiva para períodos de relatórios anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2026, com aplicação antecipada permitida, desde que a IFRS S1 – Requisitos Gerais para Divulgação de Informações Financeiras Relacionadas à Sustentabilidade também seja aplicada. O Banrisul está avaliando os impactos para a adoção desta norma.



Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro Renegociadas e Reestruturadas: as atividades de renegociação comumente utilizadas em operações de crédito e arrendamento mercantil financeiro e praticadas pelo Barris são compostas por extensão nos prazos de pagamento e repactuação de taxas previamente acordadas. As políticas e práticas para renegociação são baseadas em indicadores ou critérios previamente definidos e que, no entendimento da Administração, indiquem que os pagamentos muito provavelmente continuarão a ser realizados. O total dos instrumentos renegociados, incluindo reestruturados, ao final período de reporte totalizaram R\$1.818,792 (01/01 a 31/12/2024 – R\$655,511).

(d.6) Retomada de Bens Dados em Garantias

Os bens destinados a garantia são resgatados no momento do seu recebimento na liquidação de ativos financeiros ou pela decisão de venda de bens próprios. Esses ativos são contabilizados, inicialmente, pelo valor contábil bruto do instrumento financeiro de difícil ou duvidosa solução ou valor justo menos despesas de venda, dos dois o menor. Reduções posteriores no valor justo do ativo são registradas como provisão para desvalorização, com um débito correspondente no resultado. Os custos da manutenção desses ativos são lançados à despesa conforme incorridos. A política de venda desses bens contempla a renegociação de dívidas com terceiros, incluindo a venda de ativos em leilão. Os bens retomados (móveis, imóveis, etc.) ao final do período de reporte totalizaram R\$78.373 (01/01 a 31/12/2024 – R\$28.609).

(e) Risco de Mercado e Risco de Taxa de Juros na Carteira Bancária

O Barris está exposto ao risco de mercado decorrente da possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pelo Barris. Esta definição inclui o risco da variação das taxas de juros e dos preços de ações, para instrumentos classificados na carteira de negociação, e o risco da variação cambial e dos preços de mercado (commodities), para os instrumentos classificados na carteira de negociação ou na carteira bancária. O Barris gerencia o risco de mercado de acordo com as melhores práticas de mercado. Conforme a Política de Gerenciamento de Risco de Mercado, o Barris estabelece limites operacionais para acompanhar as exposições ao risco e identificar, avaliar, monitorar e controlar a exposição aos riscos das carteiras de negociação e não negociação.

A identificação das operações que estão sujeitas ao risco de mercado é realizada por meio de processos operacionais, considerando as linhas de negócios do Barris, os fatores de riscos das operações, os valores contratados e os respectivos prazos, bem como a classificação dos instrumentos financeiros em carteira de negociação ou de não negociação.

Carteira de Negociação (Trading Book): compreende as operações em instrumentos financeiros detidos com intenção de negociação, destinados para revenda, obtenção de benefícios da flutuação dos preços ou realização de arbitragem.

Carteira de Não Negociação ou Carteira Bancária (Banking Book): compreende todas as operações do Barris não classificadas na carteira de negociação, sendo de longo prazo.

Comunicação Interna: no intuito de que a informação oriunda da área responsável pelo gerenciamento de riscos de mercado alcance a amplitude devida, é disponibilizado, periodicamente, aos membros da Administração o Relatório de Risco de Mercado e, ao Comitê de Gestão de Risco, relatório produzido para o acompanhamento das exposições a risco do Barris. Anualmente, ou em periodicidade menor, caso necessário, a Política de Gerenciamento de Risco de Mercado é proposta ao Conselho de Administração, a quem cabe a sua aprovação. Também são produzidos dashboards para a Carteira de Negociação e para a Carteira Bancária (TRB e BCB) e para o Não Negociação. Os dados são atualizados periodicamente e os resultados são comunicados aos departamentos entre ativos e passivos e principais determinantes das flutuações de resultados.

Comunicação Externa: no intuito de que a informação oriunda da área responsável pelo gerenciamento de riscos de mercado alcance a amplitude devida, é disponibilizado, conforme Resolução CMN nº 4.557/17, a descrição da estrutura de gerenciamento do risco de mercado em relatório de acesso público, com periodicidade mínima anual. No seguinte endereço eletrônico disponibilizamos a estrutura de Gerenciamento de Risco de Mercado e o Relatório de Gerenciamento de Riscos: <https://ri.barris.com.br/>.

(e.1) Metodologias de Apreciação do Risco de Mercado e do Risco de Taxa de Juros na Carteira Bancária

O Barris monitora o risco de mercado (carteira de negociação) e o risco de taxas de juros (carteira de não negociação) através das metodologias padronizadas do Bacen, entre outros abordagens complementares à gestão de riscos do Barris. **Marcação a Mercado:** em casos excepcionais, por definição regulatória, se as atribuições de marcação a mercado – que são atribuições de primeira linha (especialmente *middlebackoffice*) – não estiverem sendo observadas, será realizado o cálculo do valor de mercado dos ativos e passivos utilizando-se os preços e taxas capturados na ANBIMA e na B3. A partir destes preços, é aplicada a função de interpolação *cubic spline* (em um 252 dias úteis) para a obtenção das taxas de juros nos prazos das operações, intermediários aos valores apresentados.

Valor em Risco (VaR) e Maturity Liquidity: O Barris utiliza metodologias padronizadas para o cálculo de alocação de capital nas parcelas do risco de mercado (Pur1, Pur2, Pur3, Pur4, Pass e Pcam) para a carteira Trading Book. Para operações prefixadas (Pur1), utiliza-se o VaR conforme definido na Circular Bacen nº 3.634/13. O VaR é uma estimativa baseada em estatística de probabilidade que podem ser ocasionadas à carteira atual por mudanças adversas nas condições do mercado. O modelo expressa o valor máximo que o Barris pode perder, levando-se em conta um nível de confiança de 99% e volatilidade e correlações calculadas pelos métodos estatísticos que atribuem maior peso aos retornos recentes. Nas operações referenciadas em cupom de moedas (Pur3), taxa de juros (Pur4), carteira de ações (Pass) e carteira de câmbio (Pcam), que se utiliza a metodologia *Maturity Liquidity* – não estiverem sendo observadas, será realizado o cálculo do valor de mercado dos ativos e passivos utilizando-se os preços e taxas capturados na ANBIMA e na B3. A partir destes preços, é aplicada a função de interpolação *cubic spline* (em um 252 dias úteis) para a obtenção das taxas de juros nos prazos das operações, intermediários aos valores apresentados.

Valor Econômico (EVE): são as avaliações do impacto de alterações nas taxas de juros sobre o valor presente dos fluxos de caixa dos instrumentos classificados na carteira Banking Book do Barris. A variação do EVE (AIEVE) é definido como a diferença entre o valor presente do somatório dos fluxos de reaparecimento de investimentos sujeitos ao IRRBB em um cenário-base e o valor presente do somatório dos fluxos de reaparecimento desses mesmos instrumentos em um cenário de choque nas taxas de juros. O AIEVE é o valor econômico da carteira Banking Book e sua capacidade de solvência, sendo obtido através do cálculo de valor presente das parcelas e calculado utilizando curvas futuras de taxas de juros. As curvas futuras, também chamadas de estrutura de taxa de juros, são aplicadas choques para se verificar a sensibilidade da carteira a mudanças de taxa de juros. O AIEVE é calculado pelo método de risco de mercado de investimentos sujeitos ao IRRBB em valor patrimonial com base no efeito das variações das taxas de juros nos valores presentes dos ativos e passivos financeiros.

Abordagem de Resultado de Intermediação Financeira (NIL): são as avaliações do impacto de alterações nas taxas de juros sobre o resultado de intermediação financeira da carteira bancária do Barris. A variação do NIL (ANIL) é definido como a diferença entre o resultado de intermediação financeira dos instrumentos sujeitos ao IRRBB em um cenário base e o resultado de intermediação financeira desses mesmos instrumentos em um cenário de choque nas taxas de juros. É a variação de resultado de intermediação financeira na carteira Banking Book (receitas/despesas), considerando o cenário base e cenários de alta e baixa de taxa de juros. Observa intervalo de 1 ano. A sensibilidade da margem financeira mede a variação nos valores a serem esperados para um horizonte específico (12 meses) quando houver deslocamento na curva das taxas de juros. O cálculo da sensibilidade da margem financeira é feito simulando a margem em um cenário de variações na curvatura das taxas e no cenário atual. A sensibilidade é a diferença entre as duas margens calculadas.

Perdas e Ganhos Embutidos (PGE): o cálculo das perdas e ganhos embutidos é realizado conforme modelo padrão adotado pelo Barris. O cálculo das perdas e ganhos embutidos é uma métrica que compara o EVE no cenário normal versus o cenário atual, quando o valor presente de um passivo é menor que seu saldo contábil, computa-se um ganho a realizar através dessa contábil, quando o valor presente de um ativo é maior ou o valor presente de um passivo é maior, computa-se uma perda a realizar. **Risco de Crédito Spread Risk on the Banking Book – CSRB):** é um dos quatro escopos do risco de taxa de juros na carteira de risco de mercado (IRB). Desta forma, este reporte observa a definição posta por regulador na Circular Bacen nº 3.878/18, que define o CSRB como a possibilidade de ocorrência de perdas associadas à variação de taxas de juros requeridas pelo mercado que excedam a taxa livre de risco para instrumentos sujeitos ao risco de crédito classificados na carteira Banking Book.

Análise de Sensibilidade do Risco de Mercado: o análise de sensibilidade é realizada trimestralmente ou em situações adversas, por meio da aplicação de cenário específico para cada fator de risco, com o objetivo de quantificar os impactos sobre as carteiras. Foram utilizados os cenários de risco de mercado (cenário 1), 25% (cenário 2) e 50% (cenário 3), nas curvas de juros prefixados, em moedas estrangeiras e ações, tendo como base as informações de mercado da B3, da ANBIMA e da cotação do dia do dólar norte-americano PTAX Vencto – Bacen. A metodologia de análise de cenários permite avaliar ao longo de um período determinado o impacto decorrente a variações simultâneas e coerentes em um conjunto de parâmetros relevantes no capital do Barris, em sua liquidez ou no valor de um portfólio.

Testes de Estresse na Carteira de Negociação (PTE): os cenários desenvolvidos internamente para o risco de mercado no Barris no âmbito do programa de testes de estresse têm como objetivo calcular e projetar as exposições para o risco de câmbio (Pcam), para o risco do valor dos instrumentos financeiros derivativos em decorrência da variação da qualidade creditícia da contraparte (Cva) e para as exposições sujeitas à variação de taxas de juros prefixadas (Pjur1), considerando as operações atuais do Barris. As projeções das exposições são realizadas como segue:

- Para exposições sujeitas a variações de taxas de juros prefixadas, cupom de taxas de juros e taxa de inflação;
 - Para exposição em câmbio (Pcam) e o valor dos instrumentos financeiros derivativos em decorrência da variação da qualidade creditícia da contraparte (Cva) é utilizada a flutuação cambial.
- Testes de Estresse na Carteira de Não Negociação (Risco de Taxas de Juros):** os cenários desenvolvidos internamente no Barris no âmbito do programa de testes de estresse têm como objetivo projetar os fluxos e calcular o risco de taxa de juros da carteira Banking Book (IRB), em seu modelo padronizado, a partir das operações atuais do Barris. São consideradas as situações de estresse de curto prazo, sendo utilizadas as seguintes referências do teste: (a) cenário 1 – 25% (cenário 2) e 50% (cenário 3) – situação remota; (b) utilizada a variação para o cenário estressado de paralelo de alta (cenário que apresenta maior perda histórica), utilizando o ANIL (principal métrica para determinação de suficiência de patrimônio de Referência (PR) para este risco). As metodologias e procedimentos adotados para elaboração dos testes de estresse para o IRRBB estão descritos em manuais internos da área de gestão de riscos corporativos.

A seguir, apresenta-se a tabela com o resultado da análise de sensibilidade para a Carteira Trading:

Cenários	Fatores de Risco		Total em 31/12/2025
	Taxa de Juros	Moeda Estrangeira	
1	1%	290	6.086
2	25%	236	82.916
3	50%	171	162.767

A tabela acima apresenta a maior perda esperada considerando os cenários 1, 2 e 3 e suas variações para mais ou para menos. Para a elaboração dos cenários que compõem a tabela de análises de sensibilidade foram levadas em consideração os seguintes fatores e condições na data de reporte:

- Cenário 1 – situação provável: foi considerada como premissa a deterioração de 1% nas variáveis de risco de mercado;
- Cenário 2 – situação possível: foi considerada como premissa a deterioração de 25% nas variáveis de risco de mercado;
- Cenário 3 – situação remota: foi considerada como premissa a deterioração de 50% nas variáveis de risco de mercado;
- Taxa de Juros: exposições sujeitas a variações de taxas de juros prefixadas, cupom de taxas de juros e taxa de inflação;
- Moeda Estrangeira: exposição cambial e -
- Para o Fator de Risco "Moeda Estrangeira", foi considerada a cotação de R\$5,5024 de 31/12/2025 (PTAX Vencto – Bacen). As análises de sensibilidade acima identificadas não consideram a capacidade de reação das áreas de risco e de tesouraria, pois uma vez constatada perda relativa a estas posições, medidas mitigadoras do risco são rapidamente acionadas, minimizando a possibilidade de perda significativa.

Analisando os resultados do cenário 1, podemos identificar no Fator de Risco "Moeda Estrangeira" a maior perda, que representa 95,2% da perda esperada neste cenário. Nos cenários 2 e 3, a maior perda observada se refere ao fator "Moeda Estrangeira" representando respectivamente 90,2% e 95,2% das perdas esperadas. Os cenários desenvolvidos internamente para o teste de Sensibilidade ocorre no cenário 3, no valor total de R\$182,938.

Análise de Sensibilidade de Instrumentos Financeiros Derivativos: o Barris também realizou a análise de sensibilidade de suas posições em instrumentos financeiros derivativos na modalidade *swap* (carteira Banking Book) e das operações protegidas de captação no mercado futuro de juros (moedas estrangeiras e ações) existentes em carteira de risco de mercado de longo prazo (norte-americanos), contabilizadas na carteira Banking Book (Nota 21), sobre os quais foram aplicados choques para mais ou para menos nos cenários 1, 2 e 3.

A aplicação dos choques sobre o valor da moeda estrangeira dólar norte-americano (US\$) considera curva Real x Dólar da B3 de 30/12/2025. As análises de sensibilidade demonstradas a seguir foram estabelecidas com o uso de premissas e pressupostos em relação a eventos futuros.

O cenário 1 é o mais provável e considera a alta e baixa de 1% da curva de referência de mercado para cupom de dólar norte-americano (cotação da B3), utilizada para efetuar a precificação desses instrumentos financeiros. Os cenários 2 e 3 são definidos para contemplar variações positivas de 25% e negativas de 50% nas variáveis de risco de mercado existentes em carteira de risco de mercado. A tabela a seguir demonstra a probabilidade do impacto no fluxo de caixa nos três cenários das exposições em instrumentos financeiros derivativos na modalidade *swap* (carteira Banking Book) e no instrumento objeto de proteção (carteira Banking Book), que compõem a estrutura de contabilidade de hedge de risco de mercado ao final do período de reporte.

Operação	Carteira	Risco	Item Objeto de Proteção		
			Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3
<i>Swap</i>	Trading	Alta do dólar	16.855	421.363	842.725
		Feito Líquido	(1)	(32)	(65)

Operação	Carteira	Risco	Item Objeto de Proteção		
			Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3
<i>Swap</i>	Trading	Baixa do dólar	(16.855)	(421.363)	(842.725)
		Feito Líquido	1	32	65

O Barris considera que o risco de estar passivo em CDI por ocasião dos *swaps* seria a elevação da taxa CDI e este seria compensado pelo aumento das receitas oriundas de suas operações de aplicação de CDI.

Quanto aos instrumentos derivativos na modalidade de contrato futuro de DI, a análise de sensibilidade também aplicou choques para os cenários 1, 2 e 3. O cenário 1 é o mais provável e considera a alta de 1% da curva de referência de mercado para taxa futura de DI (cotação da B3). Os cenários 2 e 3 são definidos para contemplar variações positivas de 25% e 50% e variações negativas de 25% e 50%, considerando as condições existentes em ao final do período de reporte.

Operação	Carteira	Risco	Cenário		
			Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3
FUT DI1	Trading	Alta da Taxa Futura de DI	(10)	(253)	(498)
FUT DI1	Trading	Baixa da Taxa Futura de DI	10	261	532

Adicionalmente, resalta-se que os resultados apresentados não se traduzem necessariamente em resultados contábeis, pois o estudo tem fins exclusivos de divulgação da exposição a riscos e as respectivas ações de proteção considerando o valor justo dos instrumentos financeiros, dissociado de qualquer prática contábil adotada pelo Barris.

As operações de câmbio passam a ser tratadas como instrumentos financeiros derivativos. O valor dessas operações depende de variações em fatores como taxa de juros e câmbio, não requerem um investimento inicial significativo e sua liquidação ocorre em data futura. O Barris registra essas operações em contas patrimoniais e de compensação.

(e.2) Resumo da Carteira de Negociação e de Não Negociação

A tabela a seguir demonstra o resultado da carteira Trading Book:

Fator de Risco	Referencial	Carteira de Negociação
Prezado	Taxa Prefixada	81
Total		81

A tabela a seguir demonstra o resultado do NIL da carteira Banking Book, que apresenta a potencial perda dos instrumentos classificados decorrente de cenários de variação das taxas de juros classificados nessa carteira (cenário 2 – paralelo de baixa nas taxas de juros).

Fator de Risco	Referencial	Carteira de Não Negociação
Prezado	Taxa Prefixada	952.200
Cupom Índice	TLP	(124)
Cupom de Taxas	TRP	91.458
DI	TLP	(366)
Sell	CDI	2.710.644
Off	Sell	(3.405.654)
Total		348.158

(e.3) Exposições Sujeitas ao Risco de Câmbio

O Barris está exposto aos efeitos de flutuação nas taxas de câmbio vigentes sobre sua situação financeira e seus fluxos de caixa. O risco de câmbio é monitorado diariamente por meio da apuração da exposição cambial em moeda estrangeira. A política institucional do Barris para o risco define que o consumo de capital para este risco deverá ser administrado de maneira a manter sua exposição no limite inferior a 3,5% do seu Patrimônio de Referência (PR). A exposição apresentada ao final do período de reporte foi de R\$433.245 (31/12/2024 – R\$426.214). O consumo de capital apresentado no mesmo período foi de R\$99.224 (31/12/2024 – R\$98.973).

O Barris está aderente às novas determinações do Bacen e apura o montante dos ativos ponderados pelo risco RWA_{act}, sendo verificado ao final do período de reporte o valor de R\$1.233.060 (31/12/2024 – R\$1.235.190).

(e.4) Exposições Sujeitas ao Risco de Taxa de Juros

O risco de taxa de juros em fluxos de caixa é o de que os fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro variem como resultado de mudanças nas taxas de juros do mercado. O risco da taxa de juros sobre o valor justo é o risco de que o valor de um instrumento financeiro varie como resultado de mudanças nas taxas de juros do mercado. O Barris se expõe aos efeitos de flutuações das taxas de juros vigentes no mercado tanto sobre o valor justo dos seus instrumentos financeiros como sobre seus fluxos de caixa. As margens de juros podem aumentar em decorrência dessas mudanças, mas podem diminuir as perdas se ocorrerem movimentações inesperadas. A Diretoria e o Conselho de Administração do Barris aprovam anualmente limites propositos sobre o nível de descaçamento de taxa de juros que pode ser assumido pelo Barris.

A tabela a seguir resume a exposição do Barris ao risco das taxas de juros, considerando os instrumentos financeiros ao seu valor contábil, categorizados pela alteração contratual mais antiga ou pelas datas de vencimento.

	Circulante		Não Circulante		Total em 31/12/2025	Total em 31/12/2024
	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	De 1 a 5 Anos	Acima de 5 Anos		
Ativos Financeiros	32.214.523	25.402.201	83.972.573	18.182.303	159.771.600	147.710.309
Ativo Custos Amortizado	30.855.239	25.062.187	62.995.560	17.261.546	136.174.532	119.174.853
Depósitos Compulsórios no Banco Central do Brasil	15.303.405	-	-	-	15.303.405	11.306.991
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	2.517.546	882.955	624.030	-	4.024.531	2.603.917
Títulos e Valores Mobiliários	4.112.366	4.049.733	29.928.470	7.757.876	45.848.445	35.113.312
Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro	8.921.922	16.684.729	29.951.238	9.503.670	66.061.559	62.225.641
Outros Ativos Financeiros	-	3.444.770	2.491.822	-	5.936.592	1.819.392
Ativo Valor Justo por Meio de Outros Resultados	-	-	-	-	-	-
Abrangentes	61.820	-	20.977.013	899.148	21.937.981	18.350.048
Títulos e Valores Mobiliários	61.820	-	20.977.013	899.148	21.937.981	18.350.048
Ativo Valor Justo por Meio do Resultado	1.297.644	340.014	-	21.609	1.659.087	5.185.408
Títulos e Valores Mobiliários	1.197.224	340.014	-	21.609	1.558.847	4.861.110
Instrumentos Financeiros Derivativos	100.240	-	-	100.240	100.240	324.298
Passivos Financeiros	49.106.233	18.538.492	56.379.983	19.091.707	143.116.413	127.834.472
Ativo Custos Amortizado	49.105.264	16.849.087	56.379.983	19.091.707	142.425.960	125.953.758
Depósitos	24.366.244	7.602.088	49.011.609	16.181.493	96.261.427	83.807.856
Captações no Mercado Aberto	22.819.656	-	-	-	22.819.656	22.238.994
Recursos de Aceite e Emissão de Títulos	906.430	2.196.102	4.636.844	-	7.739.376	6.936.464
Letras Financeiras Subordinadas	-	-	-	2.413.040	2.413.040	421.812
Obrigações por Empréstimos	802.947	1.498.351	499.367	6.263	2.806.928	2.513.508
Obrigações por Repasses	209.927	872.088	2.229.900	490.911	3.802.826	3.065.190
Outros Passivos Financeiros	5.580.465	2.263	-	5.580.728	6.969.934	9.389.394
Ativo Valor Justo por Meio do Resultado	1.027	1.689.405	-	1.689.423	1.689.974	1.689.974
Instrumentos Financeiros Derivativos	1.027	-	-	1.689.405	1.689.405	1.689.405
Dívidas Subordinadas	-	-	1.689.405	-	1.689.405	1.880.714
Total de Defasagem na Repactuação dos Juros	(16.891.708)	6.863.709	27.592.590	(909.404)	16.655.187	14.875.837

(f) Risco de Liquidez

A definição de risco de liquidez consiste na possibilidade da ocorrência de perdas resultantes da falta de recursos líquidos suficientes para fazer frente às obrigações de pagamentos, esperados e inesperados, correntes e futuros, num horizonte de tempo definido e na impossibilidade de negociar a preço de mercado uma determinada posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade do próprio mercado.

Para o efetivo gerenciamento do risco de liquidez, o Barris considera as operações praticadas no mercado financeiro e de capitais, assim como possíveis exposições contingentes ou inesperadas. Exemplo disso são os serviços de liquidação, prestação de avais e garantias e linhas de crédito contratadas e não utilizadas. Igualmente o risco de liquidez nas moedas às quais há acesso, observando eventuais restrições à transição de liquidez e a conversibilidade entre as moedas. Ainda, são considerados possíveis impactos na liquidez do Barris decorrentes de fatores de risco associados às demais empresas do conglomerado prudencial.

O gerenciamento do risco de liquidez no Barris é realizado pela área de risco corporativo, que é responsável pelo monitoramento diário do risco de liquidez do Barris e por executar e atualizar, anualmente, a política e as estratégias de gerenciamento do risco de liquidez. A gestão da liquidez encontra-se centralizada na Tesouraria e tem como objetivo manter um nível satisfatório de disponibilidades para fazer face às necessidades financeiras de curto, médio e longo prazo, tanto em cenários normais como em cenários adversos, com a adoção de ações corretivas caso necessário.

No processo de controle são monitorados os descaçamentos oriundos do uso de passivos de curto prazo para lastrear ativos de longo prazo, a fim de evitar deflagrações de liquidez e garantir que as reservas do Barris sejam suficientes para fazer frente às necessidades diárias de caixa, tanto cíclicas como não cíclicas, assim como também às necessidades de longo prazo. O Barris mantém níveis adequados de ativos com alta liquidez de mercado, juntamente com o acesso a outras fontes de liquidez, assim como busca assegurar uma base de operações de captação (*financing*) adequadamente diversificada.

A gestão e o controle do risco de liquidez são realizados, diariamente, a partir da elaboração e reporte de relatórios com indicadores e as posições de risco, mensurados a partir de metodologias internas definidas na política de gerenciamento de riscos do Barris. Mensalmente, é remetido ao Bacen as informações relativas à exposição ao risco de liquidez e, periodicamente são submetidos à Administração relatórios com as posições de risco de liquidez e de limites estabelecidos em políticas, assim como projeções para a liquidez, tanto a partir de modelos internos para o fluxo de caixa do Barris.

No âmbito de Contingência de Liquidez, o Barris tem como objetivo identificar, antecipadamente, e minimizar eventuais crises e seus potenciais efeitos na continuidade dos negócios. Os parâmetros utilizados para a identificação das situações de crises consistem no último dia de mercado e de procedimentos a serem seguidos de modo a garantir a estabilidade do nível de liquidez requerido.

Os processos de gestão do risco de liquidez estão em linha com as diretrizes da Política Institucional de Gestão do Risco de Liquidez e com a RAS do Barris, cujos documentos são revisados anualmente (ou em periodicidade menor, caso necessário) e propostos ao Conselho de Administração para aprovação.

(f.1) Fluxo de Caixa para Não Derivativos

A tabela a seguir apresenta os fluxos de caixa a pagar de acordo com passivos financeiros não derivativos, descritos pelo prazo de vencimento contratual remanescente à data do Balanço Patrimonial. Os valores divulgados nesta tabela representam os fluxos de caixa contratuais não descontados, cujo risco de liquidez é administrado com base nas entradas de caixa não descontadas esperadas. Os ativos disponíveis para cumprir todas as obrigações e cobrir os compromissos de empréstimos em aberto incluem disponibilidades e ativos financeiros.

	Circulante		Não Circulante		Total em 31/12/2025	Total em 31/12/2024
	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	De 1 a 5 Anos	Acima de 5 Anos		

	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	De 1 a 5 Anos	Acima de 5 Anos	Total em 31/12/2025	Total em 31/12/2024
--	-------------	-----------------	---------------	-----------------	---------------------	---------------------

Nota 07 – Depósitos Compulsórios no Banco Central do Brasil

Tipo de Depósito	Forma de Remuneração	31/12/2025	31/12/2024
Depósitos à Vista	Não Remunerado	557.631	679.939
Depósitos de Poupança (1)	Poupança	2.187.382	-
Depósitos a Prazo	Taxa Selic	12.322.718	9.970.513
Conta de Pagamento Instantâneo	Taxa Selic	462.737	460.204
Depósitos de Moeda Eletrônica	Taxa Selic	569	6.274
Outros Depósitos	Taxa Selic	329.999	600.000
Total		15.861.036	11.716.930

(1) Depósito liberado conforme Resolução BCB nº 379/24 em 2024.

Nota 08 – Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	De 1 a 3 Anos	Acima de 12 Meses	31/12/2025	31/12/2024
Aplicações no Mercado Aberto	1.900.000	-	-	-	1.900.000	599.996
Re vendas a Liquidar – Posição Bancada	1.900.000	-	-	-	1.900.000	599.996
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	-	-	-	-	-	599.996
Letras do Tesouro Nacional (LTN)	1.900.000	-	-	-	1.900.000	-
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	617.526	882.955	624.018	-	2.124.499	1.992.732
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	617.526	882.955	624.018	-	2.124.499	1.992.732
Total em 31/12/2025	2.517.526	882.955	624.018	-	4.024.499	-
Total em 31/12/2024	607.396	1.354.480	630.852	-	-	2.592.728

Nota 09 – Ativos Financeiros ao Custo Amortizado – Títulos e Valores Mobiliários

A composição dos ativos financeiros ao custo amortizado por tipo de papel e vencimento é a seguinte:

	Até 3 meses	De 3 a 12 Meses	De 1 a 3 Anos	De 3 a 5 Anos	Acima de 5 Anos	Custo Amortizado	Perda Esperada	Custo Amortizado Líquido	Valor Justo	31/12/2025	31/12/2024
Títulos Públicos Federais	4.011.304	3.975.038	14.031.393	15.385.622	7.549.881	44.953.238	-	44.953.238	45.035.800	45.035.800	45.035.800
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	4.011.304	3.975.038	14.031.393	15.385.622	7.549.881	44.924.507	-	44.924.507	45.009.059	45.009.059	45.009.059
Títulos Públicos Federais (CVS)	-	-	28.731	-	-	28.731	-	28.731	26.741	26.741	26.741
Letras Financeiras (LF)	101.062	74.695	294.122	22.231	-	402.098	(12)	402.086	404.461	404.461	404.461
Debêntures	-	-	67.386	127.516	206.798	401.900	(4)	401.896	404.461	404.461	404.461
Certificados Recebíveis Imobiliários (CRI)	-	-	-	-	1.197	1,197	-	1,197	1,085	1,085	1,085
Total	4.112.366	4.049.713	14.392.701	15.535.769	7.577.876	45.848.445	(16)	45.848.429	45.827.869	45.827.869	45.827.869

	Até 3 meses	De 3 a 12 Meses	De 1 a 3 Anos	De 3 a 5 Anos	Acima de 5 Anos	Custo Amortizado	Perda Esperada	Custo Amortizado Líquido	Valor Justo	31/12/2025	31/12/2024
Títulos Públicos Federais	2.689.431	4.271.054	14.264.068	6.238.670	5.125.059	32.588.282	(21.303)	32.566.979	32.647.292	32.647.292	32.647.292
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	2.689.431	4.271.054	14.264.068	6.238.670	5.125.059	32.542.450	(21.270)	32.521.180	32.606.995	32.606.995	32.606.995
Títulos Públicos Federais (CVS)	-	-	45.832	-	-	45.832	(3)	45.799	40.297	40,297	40,297
Letras Financeiras (LF)	-	1.503.133	186.023	126.690	-	1.815.866	(233)	1,815,633	1,650,262	1,650,262	1,650,262
Debêntures	5.005	56.588	65.424	276.944	286.931	690.892	(181)	690,711	698,641	698,641	698,641
Títulos de Capitalização	2,179	-	-	-	2,179	2,179	-	2,179	2,173	2,173	2,173
Certificados Recebíveis Imobiliários (CRI)	-	-	-	-	16,993	16,993	(14,566)	1,527	1,425	1,425	1,425
Total	2.696.615	5.830.795	14.515.515	6.642.304	5.428.083	35.113.312	(96.283)	35.017.029	34.999.793	34.999.793	34.999.793

Os títulos e valores mobiliários ao custo amortizado foram classificados em estágio 1 por não apresentarem atraso ou aumento significativo de risco. A carteira do Banrisul é composta, majoritariamente, por Títulos Públicos Federais, que possuem risco soberano.

Nota 10 – Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro

(a) Carteira de Crédito Segregada por Estágios

	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	31/12/2025 (1)	31/12/2024
Pessoa Física	45.121.067	498.746	2.892.154	48.511.967	48.481.978
Cartão de Crédito	2.486.638	38.127	275.604	2.800.369	2.520.810
Crédito Consignado	18.233.006	156.394	1.103.223	19.492.623	20.218.349
Crédito Pessoal	2.577.730	82.190	371.606	3.031.526	3.530.972
Crédito Imobiliário	5.675.302	9.256	46.776	5.731.334	6.026.569
Crédito Rural, Desenvolvimento e Fundos Garantidores	13.443.838	92.797	485.969	14.022.604	13.779.757
Outros	2.704.553	119.982	558.976	3.383.511	2.405.527
Pessoa Jurídica	15.327.373	137.967	1.084.252	16.549.592	13.743.663
Operações de Câmbio	2.764.774	5.888	83.546	2.854.208	2.116.007
Capital de Giro	5.021.181	28.948	215.917	5.266.046	3.776.067
Conta Empresarial/Garantida	2.379.241	25.880	167.920	2.573.041	1.880.234
Crédito Imobiliário	711.146	11.458	-	722.604	522.628
Crédito Rural, Desenvolvimento e Fundos Garantidores	3.021.943	25.187	288.326	3.335.456	4.152.772
Outros	1.429.088	40.606	328.743	1.798.437	1.295.955
Total	60.448.440	636.713	3.976.406	65.061.559	62.225.641
(Provisão)	(901.588)	(137.593)	(2.386.194)	(3.425.345)	(2.552.871)
Total Líquido da Provisão em 31/12/2025	59.546.852	499.120	1.590.212	61.636.214	59.672.770

(1) A partir de 01/01/2025 a taxonomia utilizada para o enquadramento das operações de crédito e arrendamento mercantil financeiro foi ajustada.

(b) Carteira de Crédito Segregada por Vencimento de Parcelas

Prazo por Vencimento	31/12/2025	31/12/2024
Vencidas a partir de 1 dia	1.818.290	935.473
A vencer até 3 meses	8.927.595	8.468.877
A vencer de 3 a 12 meses	16.684.729	16.068.496
A vencer de 1 a 5 anos	28.127.274	26.500.533
A vencer acima de 5 anos	9.503.671	10.252.262
Total	65.061.559	62.225.641

(c) Concentração da Carteira de Crédito dos Maiores Tomadores

	31/12/2025	Total	% da Carteira
Concentração dos Maiores Tomadores			
Maior Devedor	305.941	261.100	0,42
10 Maiores Devedores	2.215.243	1.467.080	2,26
20 Maiores Devedores	3.373.835	2.381.398	3,63
50 Maiores Devedores	5.469.778	4.165.006	6,70
100 Maiores Devedores	7.358.885	5.681.095	9,14

(d) Perda Esperada Associada ao Risco de Crédito Segregadas por Estágios

	Saldo Inicial 31/12/2024	Transferência para Estágio 1	Transferência para Estágio 2	Transferência do Estágio 2 para Estágio 1	Transferência do Estágio 2 para Estágio 3	Transferência do Estágio 3 para Estágio 2	Write-Off	Constituição/ (Reversão)	Saldo Final 31/12/2025
Pessoa Física	579.908	(4.008)	(41.300)	20.931	103.872	-	(4.471)	654.932	
Cartão de Crédito	100.441	(370)	(6.918)	0,47	2,147	-	(32.175)	127.475	
Crédito Consignado	128.627	(630)	(4.494)	855	7.049	-	(26.594)	104.873	
Crédito Pessoal	197.402	(288)	(3.039)	198	3.832	-	(162.313)	35.792	
Crédito Imobiliário	36.473	(133)	(461)	13.698	20.568	-	(40.465)	29.680	
Crédito Rural, Desenvolvimento e Fundos Garantidores	66.373	(1.340)	(12.417)	4.891	9.569	-	(139.488)	206.564	
Outros	50.592	(1.247)	(14.031)	1.289	6.070	-	(53.238)	150.548	
Pessoa Jurídica	333.618	(3.453)	(24.435)	1.814	112.711	-	(173.629)	246.626	
Operações de Câmbio	90.076	(139)	(202)	-	-	-	(17.559)	72.186	
Capital de Giro	69.589	(200)	(2.090)	28	34.890	-	(65.094)	37.183	
Conta Empresarial/Garantida	90.210	(612)	(10.513)	42	6.673	-	(6.551)	92.351	
Crédito Imobiliário	156	(292)	-	-	-	-	(10.183)	10.047	
Crédito Rural, Desenvolvimento e Fundos Garantidores	40.107	(1.989)	(9.011)	1.220	5.446	-	(16.735)	52.508	
Outros	45.480	(221)	(6.519)	524	65.702	-	(64.508)	90.258	
Total	913.526	(7.461)	(65.739)	22.745	216.583	-	(178.100)	421.558	

	Saldo Inicial 31/12/2024	Transferência para Estágio 1	Transferência para Estágio 2	Transferência do Estágio 2 para Estágio 1	Transferência do Estágio 2 para Estágio 3	Transferência do Estágio 3 para Estágio 2	Write-Off	Constituição/ (Reversão)	Saldo Final 31/12/2025
Pessoa Física	233.931	(20.931)	(28.811)	4.008	1.894	-	(82.517)	107.574	
Cartão de Crédito	7.780	-	(2)	370	230	-	(268)	8.646	
Crédito Consignado	106.195	(650)	(2.258)	630	167	-	(81.996)	22.343	
Crédito Pessoal	128.627	(198)	(2.138)	288	121	-	(130.394)	19.394	
Crédito Imobiliário	908	(13.698)	(1.910)	133	123	-	(18.037)	3.933	
Crédito Rural, Desenvolvimento e Fundos Garantidores	46.670	(4.891)	(13.194)	1.340	351	-	(10.227)	19.049	
Outros	52.722	(1.289)	(8.265)	1.247	902	-	(9.778)	35.639	
Pessoa Jurídica	380.254	(1.814)	(6.301)	3.453	928	-	(94.504)	30.019	
Operações de Câmbio	17.590	-	-	139	-	-	(17.407)	241	
Capital de Giro	43.019	(28)	(1.274)	20	67	-	(36.150)	5.234	
Conta Empresarial/Garantida	2.112	(42)	(667)	612	20	-	(3.471)	5,506	
Crédito Imobiliário	273	-	292	-	-	-	(217)	348	
Crédito Rural, Desenvolvimento e Fundos Garantidores	55.511	(1.220)	(12.380)	1.220	5,446	-	(46.707)	6,804	
Outros	261.830	(524)	(6.159)	524	320	-	(248.991)	11,886	
Total	614.185	(22.745)	(35.112)	7.461	2.822	-	(429.018)	137.593	

	Saldo Inicial 31/12/2024	Transferência para Estágio 1	Transferência para Estágio 2	Transferência do Estágio 2 para Estágio 1	Transferência do Estágio 2 para Estágio 3	Transferência do Estágio 3 para Estágio 2	Write-Off	Constituição/ (Reversão)	Saldo Final 31/12/2025
Pessoa Física	793.313	(103.872)	(1.894)	41.300	28.811	(333.869)	1.284.128	1.707.917	
Cartão de Crédito	85.106	(124)	(230)	6,918	2	(26,819)	175,950	238,780	
Crédito Consignado	327.637	(1.048)	(6,67)	4,434	2,288	(394,302)	427,761	570,522	
Crédito Pessoal	231.813	(8,832)	(121)	3,039	3,182	(49,256)	28,928	213,773	
Crédito Imobiliário	6,824	(20,568)	(1,23)	461	1,910	(1,403)	40,129	27,230	
Crédito Rural, Desenvolvimento e Fundos Garantidores	72,567	(9,569)	(351)	12,417	13,194	(22,286)	184,855	250,827	
Outros									

Nota 21 – Passivos Financeiros ao Valor Justo por Meio do Resultado

	Até 12 Meses	Acima de 12 Meses	31/12/2025	Até 12 Meses	Acima de 12 Meses	31/12/2024
Instrumentos Financeiros Derivativos (Ativo)/Passivo (1)	(99.213)	-	(99.213)	(12.665)	(311.633)	(324.298)
Operações de Swap (Nota 22)	(99.112)	-	(99.112)	(12.665)	(311.633)	(324.298)
Operações de Câmbio	(101)	-	(101)	-	-	-
Dívidas Subordinadas (2)	1.689.405	-	1.689.405	97.136	1.783.578	1.889.714
Dívidas Subordinadas Marcação a Mercado (Nota22)	1.684.915	-	1.684.915	89.845	1.787.873	1.877.718
Provisões de Despesas e Encargos a Incorporar	4.490	-	4.490	7.291	(4.295)	2.996
Total	1.590.192	-	1.590.192	84.471	1.471.945	1.556.616

(1) Apresentado líquido entre ativo e passivo.

(2) Em 28 de janeiro de 2021, o Barrisul realizou emissão de notas subordinadas (Tier 2) no mercado externo no montante de US\$300 milhões (trezentos milhões de dólares norte-americano), pelo prazo de 10 anos, com objeto de resgate pelo Barrisul a partir do 5º ano, contado da data de emissão.

Nota 22 – Instrumentos Financeiros Derivativos

O Barrisul participa de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos na modalidade swap, contratos futuros de DI1 e operações de câmbio, registrados em contas patrimoniais e de compensação, que se destinam a atender necessidades próprias para administrar sua exposição global em moeda estrangeira. A utilização dos instrumentos financeiros derivativos tem por objetivo, predominantemente, mitigar os riscos decorrentes das variações de taxa de juros e de oscilações cambiais da operação de captação no mercado externo efetuada pelo Barrisul, citada na Nota 21, que resultam na conversão dessas taxas para a variação da taxa CDI. Os instrumentos financeiros derivativos encontram-se ajustados contabilmente ao seu valor justo, conforme demonstra a tabela a seguir:

Instrumentos Derivativos	Valor de Referência	Valor de Curva	Ajuste ao Valor Justo	Valor Justo 31/12/2025	Valor Justo 31/12/2024
Swap		102.091	(2.979)	99.112	324.298
Ativo	1.493.020	195.409	(2.979)	192.430	392.201
Passivo	(1.493.020)	(93.318)	-	(93.318)	(67.903)
Futuros de DI (1)	998.898	696.671	302.227	998.898	1.427.442

(1) Os valores referenciais dos Futuros de DI estão registrados em contas de compensação.

A tabela a seguir apresenta as informações dos instrumentos financeiros derivativos segregados por prazo de vencimento:

Instrumentos Derivativos	Valor de Referência	Valor Justo	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	De 1 a 3 Anos
Swap		99.112	99.112	-	-
Ativo	1.493.020	192.430	192.430	-	-
Passivo	(1.493.020)	(93.318)	(93.318)	-	-
Futuros de DI	998.898	998.898	998.898	-	-
Ajuste Líquido Swap 31/12/2025		99.112	99.112	-	-
Ajuste Líquido Swap 31/12/2024		324.298	6.808	5.858	311.633

O Barrisul opera com contratos de DI Futuro, de forma "casada" com aplicações efetuadas em títulos públicos federais que possuem taxa prefixada, de forma a compensar o risco da oscilação da taxa DI, sendo que os ajustes dos preços destes derivativos são contabilizados diariamente no resultado. A margem depositada pelo Barrisul em garantia de DI Futuro também se utiliza da estrutura de contabilidade de hedge (*hedge accounting*) prevista nas normas do Bacen. A efetividade esperada desde a designação dos instrumentos de proteção e no decorrer da operação está em conformidade com o estabelecido pelo Bacen.

Na categoria de hedge de risco de mercado, o Barrisul incluiu os instrumentos financeiros derivativos contratados com o objetivo de proteger a variação da moeda estrangeira oriunda das notas subordinadas emitidas no mercado externo no montante de US\$300 milhões, conforme condições previamente acordadas pelo Offering Memorandum, descritas na Nota 21. O Barrisul realiza avaliação quantitativa de efetividade prospectiva do hedge, que é determinada por meio do método *Dollar Offset*, também denominado como DV01 (Sensibilidade de 1 *basis point*), que consiste na métrica que demonstra a variação no valor de um título em relação a uma variação na taxa de juros do mercado. Também é utilizado o método quantitativo *Dollar Offset (ratio analysis)* para avaliação da efetividade prospectiva, ou teste de ineficiência, que compara a variação do valor justo do instrumento de hedge com a variação do valor justo do objeto de hedge. A avaliação da efetividade do hedge será realizada de forma direta, sendo que o *forward points* do instrumento de hedge e do fluxo de caixa do passivo estão incluídos nos testes.

A tabela a seguir demonstra a estrutura de contabilidade de hedge (*hedge accounting*) e a relação entre os instrumentos de proteção e os itens protegidos, evidenciando a efetividade do instrumento na data de reporte. A relação também é evidenciada na Nota 5e.1.

Hedge e Risco de Mercado	Valor de Referência (US\$)	Index Ativo	Index Passivo	MTM	MTM DV1	MTM Efeito
Instrumento de Hedge						
Swap	200.000	USD+5,375%	100%doCDI	66.095	66.108	(13)
Swap	100.000	USD+5,375%	100%doCDI	33.017	33.024	(7)
Total			99.112	99.132		(20)
Objeto de Hedge						
Tier 2	300.000	USD+5,375%	(1.684.915)	(1.684.934)		19
DV01						-99,99%

As operações de derivativos na modalidade swap são baseadas em contratos de balcão registrados na B3 e têm como contrapartes institucionais financeiras classificadas como de primeira linha.

O Barrisul e as contrapartes, de forma recíproca, estão sujeitas à prestação de garantias reais caso os instrumentos financeiros derivativos supuserem o risco de valor de mercado estimados contratualmente. A margem depositada pelo Barrisul em garantia das operações com instrumentos financeiros derivativos é composta por depósitos interfinanceiros no valor de R\$125.989 (31/12/2024 – R\$37.217).

As operações de câmbio são tratadas como instrumentos financeiros derivativos. O valor dessas operações depende de variações em fatores como taxa de juros e câmbio, não requerem um investimento inicial significativo e sua liquidação ocorre em data futura. O Barrisul registra essas operações em contas patrimoniais e de compensação.

Nota 23 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes

(a) Provisões e Passivos Contingentes

O Barrisul e suas controladas, na execução de suas atividades normais, são parte em processos judiciais e administrativos de natureza tributária, trabalhista e cível. Apesar da incerteza inerente aos seus prazos e desfecho das causas, provisões foram constituídas tendo como base a opinião de assessores legais, por meio da utilização de modelos e critérios que permitam a sua mensuração. O Barrisul provisiona o valor das ações cuja avaliação é classificada como provável. A Administração entende que as provisões constituídas são suficientes para atender eventuais perdas decorrentes de processos judiciais. As movimentações das provisões estão apresentadas a seguir:

	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Outras	Total
Saldo Inicial em 31/12/2024	849.648	1.755.876	289.917	7.455	2.902.896
Constituição e Atualização Monetária	66.900	725.841	56.696	244	853.661
Reversão da Provisão (1)	(863.661)	(472)	(11.839)	-	(875.972)
Baixas por Pagamento	(2.197)	(305.023)	(61.311)	-	(368.530)
Saldo Final em 31/12/2025	50.690	2.186.223	273.643	7.679	2.518.055
Devedores por Depósitos em Garantia em 31/12/2025	169.588	965.134	155.943	-	1.290.653

	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Outras	Total
Saldo Inicial em 31/12/2023	816.654	1.594.772	254.705	1.972	2.668.103
Constituição e Atualização Monetária	34.269	471.037	74.631	5.483	585.420
Reversão da Provisão (1)	(387)	-	(182)	-	(569)
Baixas por Pagamento	(918)	(309.933)	(39.237)	-	(350.088)
Saldo Final em 31/12/2024	849.648	1.755.876	289.917	7.455	2.902.896
Devedores por Depósitos em Garantia em 31/12/2024	159.575	867.396	87.665	-	1.114.808

(1) Refere-se principalmente à reversão de contingência fiscal do Barrisul no montante total de R\$855.172 relativos a valores de IR e CSLL sobre a dedução da despesa da quitação do déficit atuarial da FBSS, dos quais:

- R\$614.738 foram contabilizados como reversão em Outras Receitas Operacionais (Nota 31); e
- R\$240.434 foram contabilizados como reversão de contingência fiscal.

Ações Fiscais: provisões de contingências fiscais referem-se, basicamente, a exigíveis relativos a tributos cuja legalidade ou constitucionalidade é objeto de contestação administrativa ou judicial e a probabilidade de perda é considerada provável, sendo constituída pelo valor integral em discussão.

Em 30 de setembro de 2025, o saldo final de provisões para ações fiscais do Barrisul totalizava R\$875.416, incluindo valores de IR e CSLL sobre a dedução da despesa da quitação do déficit atuarial da FBSS, questionada pela Receita Federal para o período de 1998 a 2005, para a qual o Barrisul registrava uma provisão para contingências no valor de R\$846.495. O valor atualizado desta provisão, de R\$855.172, foi totalmente revertido em dezembro de 2025, conforme descrito a seguir:

Essa provisão refere-se à Ação Ordinária Anulatória de Débito Fiscal contra a União, com pedido de suspensão da exigibilidade do crédito tributário, em trâmite no Tribunal Regional Federal (TRF) da 4ª Região que:

- Em 5 de dezembro de 2024, foi realizado novo julgamento dos embargos de declaração opostos pelo Barrisul, determinado pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ), corrigido erro materiais e restabelecendo o acórdão originário que havia dado provimento à apelação do Barrisul;
- A União apresentou embargos de declaração, rejeitados por unanimidade em 3 de abril de 2025;
- Posteriormente, a União interpeleu Recurso Especial que, em 16 de outubro de 2025, foi inadmitido;
- Em novembro de 2025, a União apresentou Agravo em Recurso Especial, e
- Em 4 de dezembro de 2025, foi proferido despacho mantendo a decisão agravada e remetendo o feito ao STJ.

As decisões do Colegiado Estendido do TRF da 4ª Região demonstram que a controvérsia foi exaustivamente examinada, não havendo questão jurídica relevante que justifique a manutenção de provisão em grau elevado. O acórdão vencedor reconhecendo o equívoco do julgamento anterior decorreu da interpretação incorreta de documentos administrativos e contábeis, concluindo que a própria natureza fiscal reconhecida a dedutibilidade das contribuições a FBSS. Mesmo com o Agravo em Recurso Especial da União, os consultores jurídicos do Barrisul entendem que a probabilidade de êxito da União é remota, uma vez que os fundamentos de inadmissibilidade refletem jurisprudência pacífica do STJ. Diante disso, à luz da opinião dos consultores jurídicos do Barrisul e dos critérios do CPC 25, o Barrisul concluiu que não há elementos que justifiquem a manutenção da classificação do risco de perda como "provável", determinando a reclassificação do risco de perda para "remota", com a consequente reversão da provisão. Dessa forma, no quarto trimestre de 2025, foi revertida a totalidade desta provisão.

Em 31 de dezembro de 2025 existem outras contingências relativas a impostos municipais e federais classificados pelos nossos assessores como perda provável somam o montante de R\$1.270.

Há ainda contingências fiscais que, de acordo com a sua natureza, são consideradas como de perda possível, no montante de R\$979.420 (31/12/2024 – R\$827.112). Essas contingências decorrem, principalmente, de impostos municipais e federais, para os quais, de acordo com as práticas contábeis, não foi registrada provisão para contingências. Existe também outro infrato no âmbito da Secretaria da Receita Federal sobre contribuição previdenciária do empregador e contribuição para outras entidades e fundos, exigindo a contribuição, principalmente, sobre os benefícios do Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT) e da Participação nos Lucros ou Resultados (PLR) no montante de R\$132.936 (31/12/2024 – R\$139.927), classificada pelos nossos assessores como de perda possível no montante de R\$113.806 (31/12/2024 – R\$109.367) e como provável o montante de R\$19.130 (31/12/2024 – R\$26.605), devidamente provisionado. Além dessas, foi provisionado R\$31.000 para encargos contratuais relacionados a processos judiciais de natureza fiscal.

Ações Trabalhistas: decorrem de processos na área trabalhista, geralmente ajuizados por empregados, ex-empregados, empregados de empresas terceirizadas, Associações, Sindicatos e Ministério Público, tendo como objeto a suposta violação de direitos trabalhistas.

Registra-se provisão constituída para as ações trabalhistas ajuizadas contra o Barrisul em conformidade com sua Política de Provisionamento para Base no âmbito dos assessores de ações trabalhistas, implementada desde o segundo semestre de 2020, sendo a provisão para as ações com pedidos classificados como de perda provável. Da provisão mencionada, está depositado judicialmente o montante de R\$857.251 (31/12/2024 – R\$764.809). Adicionalmente, o valor de R\$107.883 (31/12/2024 – R\$102.577) foi exigido para os recursos processuais.

Em dezembro de 2025, procedeu-se à constituição de provisão adicional para contingências trabalhistas referente a ações coletivas movidas pelo Sineat na categoria de ações de natureza trabalhista, implementadas desde o primeiro semestre de 2024, a constituição de provisão adicional foi motivada pelo entendimento de instâncias Superiores acerca da representatividade do grupo, bem como alterações relevantes no cenário processual de execuções provisórias em curso na 1ª instância, cujo desmembramento trouxe maior celeridade e a necessidade de uma análise mais assertiva em relação ao risco envolvido em cada uma dessas execuções. O provisionamento adicional, portanto, visa refletir a melhor estimativa de desenvolvimento futuro em relação aos casos.

Existem ainda contingências trabalhistas que são consideradas como de perda possível, no montante de R\$973.512 (31/12/2024 – R\$1.680.118), que de acordo com a natureza destes processos referem-se principalmente a pedidos de horas extras, reintegração salarial e equiparação salarial. De acordo com as práticas contábeis, não foi registrada provisão para contingências.

Ações Cíveis: as ações judiciais de caráter cível que envolvem o Barrisul são, em sua maioria, movidas por clientes e usuários que pretendem anular ou se desobrigar de dívidas que o devedor não reconhece ou que alega serem indevidas; revisar dívidas bancárias e questionar cobranças lícitas e juros abusivos; obter indenização por danos materiais e morais decorrentes de produtos e serviços bancários; e reaver valores inflacionários referentes a Planos Econômicos sobre aplicações financeiras (Plano Bresser, Plano Verão, Plano Colôr e Plano Colôr II).

As estimativas do resultado e do impacto financeiro dessas ações são definidas pela natureza das demandas e pelo julgamento da Administração com base na opinião dos assessores jurídicos e nos elementos dos processos, considerando, também, a complexidade e a experiência de casos semelhantes. O Barrisul provisiona as demandas cíveis conforme a sua Política de Provisionamento, que utiliza critérios individualizados ou massificados, de acordo com a natureza, o objeto e o fundamento das ações, visando facilitar o controle e a gestão das provisões.

Demandas massificadas são aquelas que não possuem decisão judicial e que, conforme o tipo e o objeto da ação, bem como a jurisprudência, o Barrisul as classifica como de risco provável, possível ou remota. Para algumas demandas que, mesmo sem decisão, são classificadas como prováveis, o Barrisul estima um valor médio dos custos de condenação e de sucumbência históricos, gerando um valor de litígios médio que poderá ter que desembolsar. Para adequar a probabilidade de perda, esse valor é revisado após a decisão judicial de mérito, nos casos de improcedência da ação ou alteração e nos valores de provisão nos casos de condenação do Barrisul.

As demandas individuais são aquelas que o Barrisul entende que não se enquadram na regra do contencioso massificado, seja pela natureza ou pelo objeto, quando estão em fase inicial, e aquelas que já possuem uma decisão favorável ou desfavorável que impacta a classificação de risco e os valores de provisão.

Da provisão mencionada, está depositado judicialmente o montante de R\$155.943 (31/12/2024 – R\$87.865). Existem ainda R\$128.859 (31/12/2024 – R\$397.136) relativos a processos movidos por terceiros contra o Barrisul cuja natureza dos processos referem-se principalmente a ações que discutem honorários, crédito mobiliário e conta corrente, os quais a assessoria jurídica classifica como de perdas possíveis e, portanto, não foram provisionados.

Outras: Em 29 de setembro de 2000, o Barrisul recebeu autuação imposta pelo Bacen em conexão com processos administrativos, também abertos pelo Bacen, relativos a supostas irregularidades cometidas em operações de câmbio entre 1987 e 1989. Em abril de 2022, com decisão definitiva proferida pelo STJ que reconheceu a prescrição das multas aplicadas, a exceção de uma infima parcela, cuja condenação permaneceu, estando provisionado o valor de R\$7.679 (31/12/2024 – R\$7.679).

(b) Ativos Contingentes

Não foram reconhecidos contabilmente ativos contingentes e não existem processos em curso com ganhos prováveis.

Nota 24 – Outros Passivos

	31/12/2025	31/12/2024
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	10.369	13.615
Obrigações Sociais e Estatutárias	414.801	194.674
Provisão de Pessoal	170.648	159.424
Obrigações por Convênios Oficiais e Serviços de Pagamento	164.374	102.098
Credores Diversos	192.987	318.901
Passivos Atuariais- Benefícios Pós-Emprego (1)	542.939	483.485
Provisões para Pagamentos a Efetuar	189.729	169.300
Rendas Antecipadas	104.337	115.571
Outros	7.239	5.483
Total	1.797.423	1.562.551

(1) Refere-se principalmente às obrigações do patrocinador sobre os déficits apurados em planos de benefício definido oferecidos a empregados e ex-empregados do Barrisul e das empresas do grupo (Nota 35e).

Nota 25 – Patrimônio Líquido

(a) Capital Social

O Capital Social do Barrisul na data de reporte era de R\$8.300.000 (31/12/2024 – R\$8.000.000), subscrito e integralizado, representado por 408.974.477 ações, sem valor nominal, conforme tabela a seguir:

	ON	PNA	PNB	Total
Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade

	31/12/2024	31/12/2025
Estado do Rio Grande do Sul		
Quantidade de Ações em Circulação	201.225.359	98,13
Conversões/(Transferências)	-	-
Quantidade de Ações em Circulação em 31/12/2025	201.225.359	98,13

	31/12/2024	31/12/2025
Administradores, Conselheiros e Membros de Comitê		
Quantidade de Ações em Circulação em 31/12/2024	10.306	11
Conversões/(Transferências)	(10.305)	-
Quantidade de Ações em Circulação em 31/12/2025	1	-

	31/12/2024	31/12/2025
Outros		
Quantidade de Ações em Circulação em 31/12/2024	3.829.176	1,87
Conversões/(Transferências)	10.305	-
Quantidade de Ações em Circulação em 31/12/2025	3.839.481	1,87
Total em 31/12/2024	205.064.841	100,00
Conversões/(Transferências)	-	-
Total em 31/12/2025	205.064.841	100,00

As ações preferenciais não têm direito a voto e têm a seguinte remuneração:

- Ações Preferenciais Classe A:
 - Prioridade no recebimento de um dividendo fixo preferencial, não cumulativo, de 6% (seis por cento) ao ano, calculado sobre o quociente resultante da divisão do valor do capital social pelo número de ações que o compõem;
 - Direito de participar, depois de pagar as ações Ordinárias e Preferenciais Classe B, um dividendo igual ao pago a tais ações, na distribuição de quaisquer outros dividendos ou bonificações em dinheiro distribuídos pela sociedade, em igualdade de condições com as ações Ordinárias e Preferenciais Classe B, com o acréscimo de 10% (dez por cento) sobre o valor pago a tais ações;
 - Participação nos aumentos de capital decorrentes da capitalização de reservas, em igualdade de condições com as ações Ordinárias e Preferenciais Classe B; e
 - Prioridade no reembolso de capital, sem prêmio.
- Ações Preferenciais Classe B:
 - Participação nos aumentos de capital decorrentes da capitalização de reservas, em igualdade de condições com as ações Ordinárias e Preferenciais Classe A; e
 - Prioridade no reembolso de capital, sem prêmio.

(b) Reservas

- Reserva de Capital: refere-se aos valores recebidos pela sociedade que não transitaram pelo resultado, por não se referir a contraprestação à entrega de bens ou serviços prestados à sociedade;
- Reserva Legal: objetiva aumentar o capital da sociedade ou absorver prejuízos, mas não pode ser distribuída sob a forma de dividendos;
- Reserva Estatutária: tem por finalidade garantir recursos para investimentos e aplicação na área de informática, e está limitada a 70% do Capital Social Integralizado; e
- Reserva de Expansão: tem por finalidade a retenção de lucros para financiar projeto de investimento em capital fixo ou mobiliário, em conformidade com o planejamento de capital proposto pela Administração e aprovado pela Assembleia Geral.

(c) Distribuição de Resultado

O lucro líquido do exercício, ajustado nos termos da Lei nº 6.404/76, terá as seguintes destinações:

- 5% para constituição da Reserva Legal, que não excederá 20% do Capital Social;
- Dividendos Mínimos Obrigatórios de 20% do Lucro Líquido Ajustado; e
- Até 25% do Lucro Líquido para a Reserva Estatutária, limitada a 70% do Capital Social Integralizado, que possui a finalidade de garantir recursos para investimentos e aplicação na área de informática.

A política de remuneração do capital adotada pelo Barrisul visa distribuir juros sobre o capital próprio no valor máximo dedutível calculado em conformidade com a legislação vigente, podendo ser imputados, líquidos de IR, no cálculo dos dividendos obrigatórios do exercício previsto no Estatuto Social.

Conforme facultado pela Lei nº 9.249/95 e pela Deliberação CVM nº 207/96, a Administração do Barrisul pagou o montante de R\$620.000 referente aos JSCP do período de reporte (01/01 a 31/12/2024 – R\$332.000), imputado aos dividendos líquido do IR retido na fonte. O pagamento dos JSCP resultou em um benefício tributário para o Barrisul na ordem de R\$279.000 (01/01 a 31/12/2024 – R\$149.400).



COMPANHIA ABERTA

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - SECRETARIA DA FAZENDA

Autorizado a funcionar por Decreto nº 18.374, de 28 de agosto de 1928 - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica nº 92.702.067/0001-96
Matriz em Porto Alegre - Rio Grande do Sul - Rua Capitão Montanha, 177

(b) **Descrições dos Planos e Outros Benefícios de Longo Prazo**
Plano de Benefícios I (PBI): os beneficiários assegurados por este plano, na modalidade de benefício definido, abrangem aposentadoria, pensão por morte, auxílio-doença, auxílio-redução, auxílio-funeral e abono anual.
 A contribuição normal do participante atrela ao recolhimento de percentuais do salário de participação. O PBI foi fechado para novas adesões a partir de julho de 2020.
Plano Saldado (PBSD): os beneficiários assegurados por este plano, na modalidade de benefício definido, abrangem benefício saldaado de aposentadoria; os beneficiários saldaados de invalidez, pensão por morte, auxílio-funeral e abono anual. Não haverá contribuição normal ao PBSD e, quando estiver apto a se aposentar, receberá um benefício proporcional ao tempo que contribuiu ao PBI.
Plano FBPREV (FBPREV): os beneficiários assegurados por este plano, na modalidade de contribuição variável, abrangem benefícios de aposentadoria normal, aposentadoria antecipada, aposentadoria por invalidez, benefício proporcional, auxílio-doença, abono anual, benefício mínimo, pensão por morte e auxílio-funeral. A contribuição normal do participante é composta de três parcelas:
 • Parcela básica: 1% a 3% (intervalos de 0,5%) aplicado sobre o salário de participação;
 • Parcela variável: percentual variável de 1% a 7,5% (intervalos de 0,5%) aplicado sobre a parcela do salário de participação que exceder a 9 (nove) unidades de referência; e
 • Parcela adicional: percentual aplicado sobre o salário de participação, determinado, anualmente, pelo Atuarial no Plano de Custeio, para cobrir 50% dos custos de benefícios de risco e das despesas administrativas do plano.
 Além da contribuição normal, o participante poderá efetuar contribuições facultativas, não inferiores a 1 (uma) unidade de referência, não acompanhadas pelo patrocinador. O Banrisul contribui, parcialmente, às contribuições normais dos participantes.
Plano FBPREV II (FBPREV II): os beneficiários assegurados por este plano, na modalidade de contribuição variável, abrangem benefícios de aposentadoria normal, aposentadoria antecipada, aposentadoria por invalidez, benefício proporcional, auxílio-doença, abono anual, benefício mínimo, pensão por morte e auxílio-funeral. A contribuição normal do participante é composta de três parcelas:
 • Parcela básica: 3% a 5% aplicado sobre o salário de participação;
 • Parcela adicional: pode variar de 5% a 10% (intervalos de 1%) aplicado sobre a parcela do salário de participação que exceder a 9 (nove) unidades de referência; e
 • Parcela variável: percentual aplicado sobre o salário de participação, determinado, anualmente, pelo Atuarial no Plano de Custeio, para cobrir 50% dos custos de benefícios de risco e de 50% das despesas administrativas do plano calculadas em 10% sobre o total das demais contribuições.
 Além da contribuição normal, o participante poderá efetuar contribuições facultativas, não inferiores a 1 (uma) unidade de referência, não acompanhadas pelo patrocinador. O Banrisul contribui, parcialmente, às contribuições normais dos participantes.
Plano FBPREV III (FBPREV III): os beneficiários assegurados por este plano, na modalidade de contribuição variável, abrangem benefícios de aposentadoria normal, aposentadoria antecipada, aposentadoria por invalidez, benefício proporcional, auxílio-doença, abono anual, benefício mínimo, pensão por morte e auxílio-funeral. A contribuição normal do participante é composta de três parcelas:
 • Parcela básica: 3%, 4% ou 5% aplicado sobre o salário de participação;
 • Parcela adicional: pode variar de 5% a 10% (intervalos de 1%) aplicado sobre a parcela do salário de participação que exceder a 9 (nove) unidades de referência; e
 • Parcela variável: percentual aplicado sobre o salário de participação, determinado, anualmente, pelo Atuarial no Plano de Custeio, para cobrir 50% dos custos de benefícios de risco e das despesas administrativas do plano.
 Além da contribuição normal, o participante poderá efetuar contribuições facultativas, não inferiores a 1 (uma) unidade de referência, não acompanhadas pelo patrocinador. O Banrisul contribui, parcialmente, às contribuições normais dos participantes.
Plano FBPREV CD (FBPREV CD): os beneficiários assegurados por este plano, na modalidade de contribuição definida, abrangem benefícios de aposentadoria normal, aposentadoria por invalidez, abono anual (opcional) e pensão por morte. A contribuição normal do participante é composta por apenas uma parcela:
 • Parcela básica: pode variar entre 1% e 6% (intervalos de 0,50%) aplicado sobre o salário de participação.
 Além da contribuição básica, o participante poderá efetuar contribuições adicionais, mensais e facultativas, não inferiores a 1% aplicado sobre o salário de participação, não acompanhadas pelo patrocinador. O Banrisul contribui, parcialmente, às contribuições básicas das FBSs.
Planos de Saúde (PAM, POD e PROMED): o Banrisul oferece plano de saúde por meio da Cabergs a seus funcionários ativos e aos aposentados pela FBSs.
Prêmio Aposentadoria (Benefício Pós-Emprego): o Banrisul concede aos seus funcionários um prêmio por aposentadoria que é pago integralmente na data em que o funcionário se desliga da empresa por aposentadoria.

(c) **Principais Riscos Atuariais**
 O Banrisul e a FBSs juntos poderão realizar estudos de confrontação ativo/passivo com o objetivo de buscar operações no mercado financeiro de capitais e de seguros visando a redução ou eliminação dos riscos atuariais dos planos. Através de seus planos de benefício definido, o Banrisul está exposto a uma série de riscos, sendo os mais significativos:
Volatilidade dos Ativos: as obrigações do plano são calculadas usando uma taxa de desconto que é estabelecida com base na rentabilidade de títulos privados ou do governo na ausência de mercado ativo. Caso os ativos do plano não atinjam essa rentabilidade, isso criará um déficit. Os planos do Brasil mantêm uma proporção significativa de ações, cujo rendimento se espera que supere o dos títulos privados no longo prazo, enquanto resultará em volatilidade e ruídos no curto prazo.
Varição na Rentabilidade dos Títulos: uma diminuição na rentabilidade de títulos privados ou do governo resultará no aumento das obrigações do plano, embora essa variação seja compensada, parcialmente, por um aumento no valor justo dos títulos de certos planos.
Risco de Inflação: algumas obrigações dos planos de pensão do Banrisul são vinculadas à inflação, sendo que uma inflação maior levará a um maior nível de obrigações. Ressalta-se, porém, que em muitos casos, existem limites ao nível de reajustes inflacionários permitidos para proteger o plano contra taxas excessivas de inflação. A maior parte dos ativos do plano, ou não são afetados (títulos com juros prefixados), ou têm uma pequena correção (ações) com a inflação, o que significa que uma alta na inflação resultará também em alta no déficit.
Expectativa de Vida: a maior parte das obrigações dos planos consiste na concessão de benefícios vitalícios aos participantes. Por essa razão, aumentos na expectativa de vida resultam em aumento nas obrigações dos planos.
(d) Gestão dos Ativos dos Planos
 O percentual de alocação dos ativos dos planos vigentes em 31 de dezembro de 2025 e 2024 são as seguintes:

31/12/2025	Alocação %					
Categorias	PBI	PBS	FBPREV	FBPREV II	FBPREV III	Saúde
Caixa e Equivalente	-	-	-	-	-	0,07
Renda Fixa	78,35	80,87	74,61	78,10	82,08	98,76
Renda Variável	7,19	5,97	10,23	7,77	7,11	1,17
Imóveis	3,63	4,77	3,89	3,16	4,08	-
Outros	8,10	9,53	15,16	12,92	5,93	-
Total	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

31/12/2024	Alocação %					
Categorias	PBI	PBS	FBPREV	FBPREV II	FBPREV III	Saúde
Caixa e Equivalente	0,01	-	0,01	-	-	0,21
Renda Fixa	79,17	76,81	76,18	83,21	88,44	98,44
Renda Variável	7,23	4,77	3,89	3,16	4,08	1,35
Imóveis	6,17	3,71	-	1,32	4,8	-
Outros	7,42	14,71	19,92	17,46	5,71	-
Total	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

Os ativos dos planos de benefício definido incluem ações do Banrisul com um valor justo de R\$7.614 (31/12/2024 – R\$7.826) e imóveis alugados com um valor justo de R\$165.031 (31/12/2024 – R\$163.762).

(e) **Avaliações Atuariais**
 O resumo da composição do passivo/(ativo) atuarial líquido para os períodos finais em 31 de dezembro de 2025 e 2024, apresentados, respectivamente, com base no laudo atuarial de 31 de dezembro de 2025 e 2024 e de acordo com a IAS 19, é demonstrado a seguir:

Passivos/(Ativos) registrados no Balanço Patrimonial com benefícios de:	31/12/2025	31/12/2024
Planos de Previdência	409.155	360.094
PBI	371.822	332.368
PBS	28.035	3.157
FBPREV	(4)	(2)
FBPREV II	(77)	(68)
FBPREV III	9.379	24.639
Planos de Saúde	(181.463)	(172.947)
Prêmio Aposentadoria	133.703	123.321
Total	361.395	310.468

A composição do passivo/(ativo) atuarial líquido preparado com base no laudo atuarial de 31 de dezembro de 2025 e 2024 e de acordo com a IAS 19 é demonstrada a seguir:

Apuração do Passivo/(Ativo) Líquido – 31/12/2025	PBI	PBS	FBPREV	FBPREV II	FBPREV III	Planos de Saúde	Prêmio Aposentadoria
Obrigações Atuariais Apuradas	1.082.047	1.244.633	20.710	218.055	305.081	181.463	133.703
Valor Justo dos Ativos do Plano	(750.730)	(1.257.336)	(42.707)	(307.633)	(311.687)	(396.481)	-
Deflato/(Superávit) Apurado	331.308	(12.703)	(21.997)	(89.478)	(6.606)	(215.018)	133.703
Efeito do Teto de Ativo	-	-	21.993	89.401	-	33.555	-
Passivos Adicionais	40.514	40.738	-	-	-	15.985	-
Passivo/(Ativo) Atuarial Líquido	371.822	28.035	(4)	(77)	9.379	(181.463)	133.703

Apuração do Passivo/(Ativo) Líquido – 31/12/2024	PBI	PBS	FBPREV	FBPREV II	FBPREV III	Planos de Saúde	Prêmio Aposentadoria
Obrigações Atuariais Apuradas	1.100.961	1.225.918	19.451	201.414	300.802	172.947	123.321
Valor Justo dos Ativos do Plano	(768.593)	(1.222.761)	(37.864)	(282.121)	(310.284)	(359.962)	-
Deflato/(Superávit) Apurado	332.368	3.157	(18.413)	(80.707)	(9.482)	(187.035)	123.321
Efeito do Teto de Ativo	-	-	18.411	80.639	-	14.088	-
Passivos Adicionais	-	-	-	-	-	34.121	-
Passivo/(Ativo) Atuarial Líquido	332.368	3.157	(2)	(68)	24.639	(172.947)	123.321

Resultado do Período – 01/01/2025 a 31/12/2025	PBI	PBS	FBPREV	FBPREV II	FBPREV III	Planos de Saúde	Prêmio Aposentadoria
Custo do Serviço Corrente Líquido	(10)	-	350	(237)	(13)	1.560	3.704
Custo de Juros sobre as Obrigações Atuariais	129.670	145.503	2.240	23.998	35.721	20.881	12.470
Rendimento Esperado dos Ativos do Plano	(89.323)	(143.076)	(4.738)	(33.276)	(36.277)	(45.833)	-
Juros sobre o Efeito do Teto de Ativo e nos Passivos Adicionais	-	-	2.467	9.784	3.459	1.532	-
Total de Despesa/(Receita) Reconhecida no Resultado	40.337	2.427	319	(181)	2.890	(21.860)	16.174

Resultado do Período – 01/01/2024 a 31/12/2024	PBI	PBS	FBPREV	FBPREV II	FBPREV III	Planos de Saúde	Prêmio Aposentadoria
Custo do Serviço Corrente Líquido	26	-	664	106	(14)	1.801	6.614
Custo de Juros sobre as Obrigações Atuariais	113.344	129.566	2.049	20.728	31.348	18.833	13.418
Rendimento Esperado dos Ativos do Plano	(79.591)	(115.802)	(3.385)	(26.034)	(29.286)	(32.453)	-
Juros sobre o Efeito do Teto de Ativo e nos Passivos Adicionais	-	-	1.285	5.279	605	-	-
Total de Despesa/(Receita) Reconhecida no Resultado	33.779	13.764	623	79	2.743	(11.819)	20.032

Outros Resultados Abrangentes no Período – 2025	PBI	PBS	FBPREV	FBPREV II	FBPREV III	Planos de Saúde	Prêmio Aposentadoria
(Ganhos)/Perdas nos Ativos do Plano	35.610	(4.883)	(1.675)	(11.270)	90	9.334	-
(Ganhos)/Perdas nas Obrigações Atuariais	(24.225)	(3.501)	699	13.314	6.038	(655)	5.427
(Ganhos)/Perdas no Efeito do Teto de Ativo e nos Passivos Adicionais	40.514	40.738	1.115	(1.022)	(21.595)	17.935	-
(Ganhos)/Perdas Reconhecidas em Outros Resultados Abrangentes (ORA)	51.899	32.354	139	1.022	(15.467)	26.614	5.427

Outros Resultados Abrangentes no Período – 2024	PBI	PBS	FBPREV	FBPREV II	FBPREV III	Planos de Saúde	Prêmio Aposentadoria
(Ganhos)/Perdas nos Ativos do Plano	101.457	29.762	(1.089)	(7.962)	2.209	(14.249)	-
(Ganhos)/Perdas nas Obrigações Atuariais	(136.446)	(235.928)	(4.011)	(28.542)	(45.224)	(36.513)	(52.799)
(Ganhos)/Perdas no Efeito do Teto de Ativo e nos Passivos Adicionais	-	-	5.141	36.595	33.426	14.088	-
(Ganhos)/Perdas Reconhecidas em Outros Resultados Abrangentes (ORA)	(34.989)	(206.166)	41	91	(9.589)	(36.674)	(52.799)

Passivo/(Ativo) Atuarial Líquido do Plano – 31/12/2025	PBI	PBS	FBPREV	FBPREV II	FBPREV III	Planos de Saúde	Prêmio Aposentadoria
Passivo/(Ativo) Atuarial Líquido no Final do Período Anterior	332.368	3.157	(2)	(68)	24.639	(172.947)	123.321
Despesa/(Receita) Reconhecida no Resultado do Período	40.337	2.427	319	(181)	2.890	(21.860)	16.174
(Ganhos)/Perdas Reconhecidas em Resultado Abrangente	51.899	32.354	139	1.022	(15.467)	26.614	5.427
Contribuições do Empregador	(52.782)	(9.903)	(460)	(850)	(2.683)	(13.270)	-
Benefícios Pagos Diretamente pela Empresa	-	-	-	-	-	-	(11.219)
Passivo/(Ativo) Atuarial Líquido no Final do Período Atual	371.822	28.035	(4)	(77)	9.379	(181.463)	133.703

Passivo/(Ativo) Atuarial Líquido do Plano – 31/12/2024	PBI	PBS	FBPREV	FBPREV II	FBPREV III	Planos de Saúde	Prêmio Aposentadoria
Passivo/(Ativo) Atuarial Líquido no Final do Período Anterior	376.813	203.355	(2)	(63)	34.245	(110.969)	162.215
Despesa/(Receita) Reconhecida no Resultado do Período	33.779	13.764	623	79	2.743	(11.819)	20.032
(Ganhos)/Perdas Reconhecidas em Resultado Abrangente	(34.989)	(206.166)	41	91	(9.589)	(36.674)	(52.799)
Contribuições do Empregador	(43.235)	(7.796)	(664)	(175)	(2.760)	(13.485)	-
Benefícios Pagos Diretamente pela Empresa	-	-	-	-	-	-	(6.127)
Passivo/(Ativo) Atuarial Líquido no Final do Período Atual	332.368	3.157	(2)	(68)	24.639	(172.947)	123.321

Movimentação do Valor Justo dos Ativos do Plano – 31/12/2025	PBI	PBS	FBPREV	FBPREV II	FBPREV III	Planos de Saúde	Prêmio Aposentadoria
Valor Justo dos Ativos do Plano em 1º de janeiro	(768.593)	(1.222.761)	(37.864)	(282.121)	(310.284)	(359.982)	-
Benefícios Pagos no Período	-	-	-	-	-	-	-
Utilizando os Ativos do Plano	204.503	133.627	2.506	21.288	40.138	-	-
Contribuições do Participante	-	-	-	-	-	-	-
Realizadas no Período	(80.154)	(10.340)	(476)	(854)	(2.671)	-	-
Contribuições do Empregador	-	-	-	-	-	-	-
Realizadas no Período	(52.782)	(9.903)	(460)	(850)	(2.683)	-	-
Rendimento Esperado dos Ativos	(89.323)	(143.076)	(4.738)	(33.276)	(36.277)	(45.833)	-
(Ganhos)/Perdas nos Ativos do Plano	35.610	(4.883)	(1.675)	(11.270)	90	9.334	-
Valor Justo dos Ativos do Plano no Final do Período	(750.730)	(1.257.336)	(42.707)	(307.533)	(311.687)	(396.481)	-

Movimentação do Valor Justo dos Ativos do Plano – 31/12/2024	PBI	PBS	FBPREV	FBPREV II	FBPREV III	Planos de Saúde	Prêmio Aposentadoria
Valor Justo dos Ativos do Plano em 1º de janeiro	(871.393)	(1.241.976)	(34.021)	(267.653)	(317.652)	(313.280)	-
Benefícios Pagos no Período	-	-	-	-	-	-	-
Utilizando os Ativos do Plano	201.324	121.088	1.990	19.880	39.666	-	-
Contribuições do Participante	-	-	-	-	-	-	-
Realizadas no Período	(77.155)	(8.037)	(695)	(177)	(2.461)	-	-
Contribuições do Empregador	-	-	-	-	-	-	-
Realizadas no Período	(43.235)	(7.796)	(664)	(175)	(2.760)	-	-
Rendimento Esperado dos Ativos	(79.591)	(115.802)	(3.385)	(26.034)	(29.286)	(32.453)	-
(Ganhos)/Perdas nos Ativos do Plano	101.457	29.762	(1.089)	(7.962)	2.209	(14.249)	-
Valor Justo dos Ativos do Plano no Final do Período	(768.593)	(1.222.761)	(37.864)	(282.121)	(310.284)	(359.982)	-

Movimentação do Valor Presente das Obrigações Atuariais – 31/12/2025	PBI	PBS	FBPREV	FBPREV II	FBPREV III	Planos de Saúde	Prêmio Aposentadoria
Valor Presente das Obrigações em 1							



COMPANHIA ABERTA

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - SECRETARIA DA FAZENDA

Autorizado a funcionar por Decreto nº 18.374, de 28 de agosto de 1928 - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica nº 92.702.067/0001-96
Matriz em Porto Alegre - Rio Grande do Sul - Rua Capitão Montanha, 177**Nota 39 – Outras Informações**

Em acordo com a Resolução CMN nº 4.818/20, apresenta-se a seguir as principais diferenças existentes entre os critérios, os procedimentos e as regras para identificação, classificação, reconhecimento e mensuração aplicados nas demonstrações financeiras consolidadas em IFRS e os aplicados nas demonstrações financeiras individuais elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen (demonstrações financeiras individuais em BRGAAP):

Demonstrações Financeiras Individuais	Demonstrações Financeiras Consolidadas em IFRS
1 – Provisão para Perda Esperada de Ativos Financeiros	
A provisão para perda esperada de ativos financeiros é constituída a partir dos critérios estabelecidos pela Resolução CMN nº 4.966/21, dentre os quais há provisão mínima para os créditos considerados problemáticos de acordo com a classificação em carteiras (C1 a C5) e conforme o período de atraso.	A provisão é baseada em modelo de perda esperada (IFRS9), onde todos os ativos financeiros, incluindo títulos e valores mobiliários e limites de crédito concedidos são classificados em três estágios, com a incorporação de cenários macroeconômicos e com base no tempo de vida do ativo. A avaliação do estágio é baseada no aumento significativo do risco de crédito comparado ao reconhecimento inicial. O método de apuração da provisão necessária é calculado de forma massificada ou individual a partir da <i>probability of default</i> (PD) vezes a <i>loss given default</i> (LGD) vezes a <i>exposure at default</i> (ED).
2 – Taxa Efetiva de Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro	
Até 31/12/2024, as operações de crédito e arrendamento mercantil foram registradas a valor presente, calculadas <i>pro rata die</i> com base no indexador e na taxa de juros pactuados no momento da contratação. A partir de 01/01/2025, a Resolução CMN nº 4.966/21 entrou em vigor, estabelecendo novos critérios prospectivos para uso da TJE nessas operações.	As receitas geradas ou despesas incorridas na origem das operações de crédito que são incrementais e diretamente atribuíveis à sua originação, são incluídas no cálculo do custo amortizado da operação sendo a receita contabilizada pela taxa de juros efetiva.
3 – IR/CS Diferidos (apuração de tributos diferidos sobre os ajustes de GAAP)	
O crédito tributário ou obrigação fiscal de IR e CSLL diferidos são calculados com base nas alíquotas vigentes na data das demonstrações financeiras e na expectativa de realização em 10 anos.	São reconhecidos os efeitos tributários sobre os ajustes de GAAP realizados na conversão das demonstrações financeiras para o padrão IFRS. Para fins de IFRS, devem ser reconhecidos os impostos diferidos, cuja realização seja provável. A partir de 01 de janeiro 2023 houve alteração na IAS 12 sobre o reconhecimento do imposto diferido sobre ativos de direitos de uso e passivos de arrendamentos (Nota 2b).
4 – Contratos Seguros – IFRS 17	
Não Requerido.	A IFRS 17 substitui a IFRS 4 e estabelece princípios para reconhecimento, mensuração, apresentação de contratos de seguro. O Banrisul não possui operações que estão dentro do escopo da norma de contratos de seguros, entretanto, a Rio Grande Seguros e Previdência S.A., investida operacional indireta, é afetada pelas referidas normas contábeis. Desta forma o Banrisul reconhece através de equivalência patrimonial os efeitos da aplicação da norma nos contratos de seguros da referida empresa.
5 – Requerimentos específicos de divulgação em Notas Explicativas	
Segmentos de Negócios: Não Requerido	Segmentos de Negócios: Abertura de informações que permitem aos usuários das Demonstrações Financeiras avaliarem os efeitos financeiros das atividades de negócio nas quais se envolve e os ambientes econômicos que opera.

Apresentamos a seguir os ajustes de GAAP demonstrando as contas contábeis onde os ajustes ocorreram. As indicações contidas remetem à tabela anterior:

Balanco Patrimonial	31/12/2025			
	Ativo	Consolidado BRGAAP	Ajustes de GAAP	IFRS
Disponibilidades		1.298.124	-	1.298.124
Ativos Financeiros		156.169.101	421.592	156.590.693
Ao Custo Amortizado		132.572.033	421.592	132.993.625
Depósitos Compulsórios no Banco Central		15.861.036	-	15.861.036
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez		4.024.499	-	4.024.499
Títulos e Valores Mobiliários		45.848.429	-	45.848.429
Operações de Crédito ⁽²⁾		65.028.781	32.778	65.061.559
Outros Ativos Financeiros		5.936.592	-	5.936.592
(Provisões para Perdas Esperadas) ⁽¹⁾		(4.127.304)	388.814	(3.738.490)
(Operações de Crédito)		(3.814.159)	388.814	(3.425.345)
(Outros Ativos Financeiros)		(313.145)	-	(313.145)
Ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes – TVM		21.937.981	-	21.937.981
Ao Valor Justo por meio do Resultado – TVM e Instrumentos Financeiros		1.659.087	-	1.659.087
Ativos Fiscais		3.967.976	(98.862)	3.869.114
Correntes		199.421	-	199.421
Diferidos ⁽³⁾		3.768.555	(98.862)	3.669.693
Outros Ativos		672.897	-	672.897
Investimentos ⁽⁴⁾		135.428	34.320	169.748
Imobilizado de Uso		926.844	31.913	958.757
Intangível		299.682	(483)	299.199
Total do Ativo		163.470.052	388.480	163.858.532
Passivo				
Passivos Financeiros		147.521.081	-	147.521.081
Ao Custo Amortizado		145.722.468	-	145.722.468
Ao Valor Justo por Meio do Resultado		1.690.432	-	1.690.432
Provisão para Perda Esperada ⁽¹⁾		108.181	-	108.181
Compromissos de Empréstimos		96.100	-	96.100
Garantias Financeiras		12.081	-	12.081
Provisões Fiscais, Trabalhistas e Cíveis		2.518.055	-	2.518.055
Passivos Fiscais		455.084	101.738	556.822
Correntes		284.128	-	284.128
Diferidos ⁽³⁾		170.956	101.738	272.694
Outros Passivos		1.797.423	-	1.797.423
Total do Passivo		152.291.643	101.738	152.393.381
Patrimônio Líquido				
Capital Social		8.300.000	-	8.300.000
Reservas de Capital		5.098	-	5.098
Reservas de Lucros		3.008.334	281.991	3.290.325
Outros Resultados Abrangentes (ORA) ⁽⁴⁾		(138.460)	4.751	(133.709)
Participação de Não Controladores		3.437	-	3.437
Total do Patrimônio Líquido		11.178.409	286.742	11.465.151
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		163.470.052	388.480	163.858.532

Demonstração do Resultado	01/01 a 31/12/2025		
	Consolidado BRGAAP	Ajustes de GAAP	IFRS
Receita com Juros e Similares ⁽²⁾	21.771.509	(41.748)	21.729.761
Despesas com Juros e Similares	(15.349.812)	-	(15.349.812)
Receita Líquida com Juros e Similares	6.421.697	(41.748)	6.379.949
Ganhos (Perdas) Líquidos com Ativos e Passivos Financeiros ao Valor Justo	(299.320)	-	(299.320)
Resultado de Operações de Câmbio e Variação Cambial de Transações no Exterior	283.697	-	283.697
Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito Líquida ⁽¹⁾	(1.295.296)	250.265	(1.045.031)
Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro	(1.104.804)	224.805	(879.999)
Outros Instrumentos Financeiros	(190.492)	25.460	(165.032)
Outras Receitas (Despesas) Operacionais	(3.294.580)	(11.346)	(3.305.914)
Receita de Prestação de Serviços	2.135.807	-	2.135.807
Despesas de Pessoal	(2.755.325)	-	(2.755.325)
Outras Despesas Administrativas	(2.176.619)	(13.744)	(2.190.363)
Despesas Tributárias	(570.915)	(236)	(571.151)
Resultado de Participação em Controladas e Coligadas ⁽⁴⁾	94.800	2.646	97.446
Outras Receitas Operacionais	1.322.530	-	1.322.530
Outras Despesas Operacionais	(746.431)	-	(746.431)
Provisões Fiscais, Trabalhistas e Cíveis	(598.427)	-	(598.427)
Resultado Antes da Tributação sobre o Lucro	1.816.198	197.183	2.013.381
Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido	(211.288)	(87.542)	(298.830)
Lucro Líquido do Período	1.604.910	109.641	1.714.551

Nota 40 – Evento Subsequente**Resgate de Notas Financeiras**

Em 28 de janeiro de 2026, o Banrisul exerceu a opção de resgate da totalidade das Notas Subordinadas (*Tier 2*) emitidas em 28 de janeiro de 2021 no valor de US\$300 milhões (trezentos milhões de dólares norte-americano). As notas supracitadas possuíam cupom de 5,375% a.a. e vencimento previsto para 28 de janeiro de 2031.

Relatório dos Auditores Independentes Sobre as Demonstrações Financeiras

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Ao Conselho de Administração, aos Administradores e aos Acionistas do Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A.



Opinião
Examinamos as demonstrações financeiras consolidadas do Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. e de suas controladas ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. e de suas controladas em 31 de dezembro de 2025, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro ("International Financial Reporting Standards - IFRS"), emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB".

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas". Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, aplicáveis à auditoria de demonstrações financeiras de entidades de interesse público no Brasil. Nós também cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras consolidadas, e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

1. Provisão para perda esperada com operações de crédito e arrendamento mercantil financeiro

A constituição da provisão para perdas esperadas com operações de crédito e arrendamento mercantil financeiro envolve julgamento e o uso de estimativas por parte da Administração do Banco. Conforme divulgado nas notas explicativas nº 5.d.1, nº 4.c e nº 10.b às demonstrações financeiras consolidadas, o Banco desenvolveu modelos internos para estimativa da provisão para perdas esperadas, conforme requerimentos da IFRS 9, visando gerar a expectativa das perdas com operações de crédito e arrendamento mercantil financeiro ao longo de um dado horizonte de tempo, englobando a avaliação dos parâmetros de PD ("Probability of Default"), LGD ("Loss Given Default") e EAD ("Exposure at Default"). Para tanto, o Banco utiliza modelos internos para considerar todos os históricos de dados disponíveis e ponderar possíveis cenários de perdas, envolvendo premissas e julgamentos da Administração, com o objetivo de representar sua melhor estimativa quanto ao risco de perdas esperadas de seus instrumentos financeiros. A provisão com perdas esperadas em operações de crédito e arrendamento mercantil financeiro foi considerada um principal assunto de auditoria devido à relevância dos ativos financeiros relacionados a operações de crédito e arrendamento mercantil financeiro, à utilização de modelos internos e ao fato de envolver julgamento e determinação de premissas por parte da Administração na determinação das provisões que são constituídas.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria?

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (a) entendimento do critério de provisionamento adotado pelo Banco para as operações de crédito e arrendamento mercantil financeiro, com envolvimento de nossos especialistas, com o objetivo de avaliar a aderência aos requerimentos da norma internacional de relatório financeiro IFRS 9; (b) avaliação do desenho e da implementação dos controles internos relevantes sobre o processo de mensuração da estimativa da provisão com perdas esperadas de operações de crédito e arrendamento mercantil financeiro; (c) revisão e desafio dos modelos utilizados pela Administração para a mensuração da perda esperada, incluindo a alocação da carteira de crédito expandida nos estágios requeridos pela norma internacional de relatório financeiro IFRS 9, com base em amostragem, com envolvimento de membros seniores da nossa equipe e dos nossos especialistas; (d) análise do nível de provisionamento de perdas das operações de crédito; e (e) avaliação das divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras consolidadas de acordo com os pronunciamentos contábeis aplicáveis.

Consideramos que os critérios e as premissas adotados pela Administração para estimar a provisão com perdas esperadas com operações de crédito e arrendamento mercantil financeiro são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras consolidadas tomadas em conjunto.

2. Provisões para demandas fiscais, cíveis e trabalhistas

Conforme divulgado nas notas explicativas nº 3.(i) e nº 23 às demonstrações financeiras consolidadas, o Banco constituiu provisão para demandas fiscais, cíveis e trabalhistas, decorrentes de eventos passados, com base na avaliação da Administração, suportada por seus assessores jurídicos, mensurando os montantes a serem provisionados através de métodos massificados ou análise individualizada de cada processo, o qual é avaliado periodicamente pelos assessores jurídicos com relação à probabilidade de perda e aos montantes a serem provisionados.

Devido à relevância no contexto das demonstrações financeiras consolidadas e ao uso de estimativa e julgamento por parte da Administração, com seus assessores jurídicos, dos processos individualizados, consideramos esse assunto como uma área de foco em nossa auditoria.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria?

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (a) entendimento do desenho e da implementação dos controles internos relevantes que envolvem o controle das demandas fiscais, cíveis e trabalhistas e a mensuração dos montantes provisionados; (b) envolvimento de nossos especialistas tributários e legal para análise dos processos fiscais, avaliados por nós como significativos; (c) envolvimento de nossos especialistas estatísticos para entendimento dos parâmetros utilizados no método "Massificado"; (d) confirmação das demandas com os assessores jurídicos externos e internos; (e) análise por amostragem da razoabilidade das premissas utilizadas na mensuração dos processos selecionados; (f) interação com os assessores jurídicos do Banco responsáveis pelas principais causas fiscais; e (g) análise da adequação das divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras consolidadas de acordo com os pronunciamentos contábeis aplicáveis.

Consideramos que os critérios e as premissas adotados pela Administração para estimar as provisões para demandas fiscais, cíveis e trabalhistas são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras consolidadas tomadas em conjunto.

3. Ambiente de tecnologia da informação

As operações do Banco dependem do ambiente de tecnologia e de infraestrutura capazes de suportar um elevado número de transações processadas diariamente em seus sistemas de informação legados que alimentam os seus registros contábeis. Os processos inerentes à tecnologia da informação, associados aos seus controles, podem, eventualmente, conter riscos no processamento e na geração de informações críticas, inclusive aquelas utilizadas na elaboração das demonstrações financeiras, justificando nossa consideração como área de foco em nossa auditoria devido à relevância no contexto das demonstrações financeiras consolidadas.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria?

Com o envolvimento de nossos especialistas em auditoria de sistemas, identificamos os sistemas relevantes que suportam as principais atividades de negócio do Banco. Avaliamos o desenho dos controles gerais do ambiente de processamento e testamos a efetividade operacional desses controles, incluindo, quando necessário, os testes de controles compensatórios, quanto à segurança da informação, ao desenvolvimento e à manutenção de sistemas relevantes e à operação do ambiente de tecnologia da informação, relacionados com a infraestrutura que suporta os negócios do Banco.

A avaliação dos processos e controles do ambiente de tecnologia da informação, associados aos testes realizados mencionados anteriormente, nos permitiram considerar aceitáveis as informações extraídas de determinados sistemas para planejar a natureza, época e extensão de nossos procedimentos substantivos no contexto das demonstrações financeiras consolidadas tomadas em conjunto.

Outros assuntos**Demonstração consolidada do valor adicionado**

As demonstrações consolidadas do valor adicionado ("DVA"), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaboradas sob a responsabilidade da Administração do Banco, e apresentadas como informação suplementar para fins da norma internacional de contabilidade, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do Banco. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão reconciliadas com as demonstrações financeiras consolidadas e os registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações consolidadas do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse pronunciamento técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras consolidadas e o relatório do auditor

A Administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas, a não ser que a Administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras consolidadas.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorções relevantes, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras consolidadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, pela supervisão e pelo desempenho da auditoria do Grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornece-mos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinamos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Porto Alegre, 9 de fevereiro de 2026

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" RS

João Paulo Stelfeld Passos
Contador
CRC nº 1 PR 053072/O-7

BANCO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL S.A.

DIRETORIA	CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
FERNANDO GUERREIRO DE LEMOS Presidente	ITANELSON DANTAS SILVEIRA CRUZ Presidente
LUIZ GONZAGA VERAS MOTA Vice-Presidente	FERNANDO GUERREIRO DE LEMOS Vice-Presidente
CARLOS ALUISIO VAZ MALAFAIA ELIZABETE REJANE SODRÉ TAVARES FERNANDO POSTAL IRANY DE OLIVEIRA SANT'ANNA JUNIOR IVANOR ANTÔNIO DURANTI KAILI SEBHE NETO MARCIA ADRIANA CELESTINO Diretores	EDUARDO CUNHA DA COSTA EDUARDO JUNIOR DE MATOS LEVANDOWSKI JORGELIUS TONETTO JÚLIO CESAR LOPES ABRANTES LUIZ GONZAGA VERAS MOTA MÁRCIA ADRIANA CELESTINO RAMIRO LUIZQUIVA SEVERO SERGIO LEDEIRA FURQUIM WERNECK FILHO URBANO SCHMITT Conselheiros
	WERNER KÖHLER Contador CRC RS 38.534